

REVISITANDO OS PRONOMES CLÍTICOS NO ESPANHOL

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em Lingüística, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elena Godoy



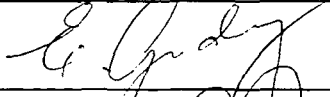
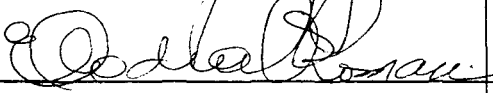
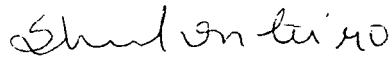
PARECER

Defesa de dissertação da Mestranda IVETE MOROSOV CORRÊA, para obtenção do título de **Mestre em Letras**.


Os abaixo assinados Elena Godoi, Elódia Cosntantino Román e Sandra Lopes Monteiro argüíram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a dissertação:

“REVISITANDO OS PRONOMES CLÍTICOS NO ESPANHOL.”

Procedida a argüição segundo o protocolo aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

| Banca | Assinatura | Conceito |
|-------------------------|--|----------|
| Elena Godoi |  | A |
| Elódia Costantino Román |  | A |
| Sandra Lopes Monteiro |  | A |

Curitiba, 28 de agosto de 2000.


Prof.ª Reny Gregolin
Coordenadora

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, Juliana e Guilherme, pelo tempo que nos distanciamos na realização deste trabalho.

Ao meu marido, Carlos, pelo apoio e compreensão.

A minha mãe, Helena, pelo incentivo e confiança que sempre depositou em mim.

A Elena Godoy, orientadora e amiga, por acreditar em meu trabalho e me conduzir até aqui.

Aos professores e coordenadores do curso de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Paraná, que colaboraram em minha formação.

A minha amiga, Josilene, pelo apoio, carinho e compreensão nas horas difíceis.

Ao CNPq, pelo auxílio financeiro.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RESUMO | iv |
| ABSTRACT | v |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1. HISTÓRICO | 6 |
| 2.1 O “ESTADO DA ARTE” | 6 |
| 2. OS PRONOMES ÁTONOS NA TEORIA GRAMATICAL | 24 |
| 2.1 A NATUREZA DOS CLÍTICOS: O SISTEMA PRONOMINAL DO ESPANHOL | 25 |
| 2.1.1 A ordenação dos clíticos | 29 |
| 2.1.2 Os clíticos e o sistema pronominal do espanhol | 31 |
| 2.1.3 É possível uma análise unitária dos clíticos? | 33 |
| 3. ABORDAGEM GERATIVISTA: JAEGGLI (1982) E MENDIKOETXEA (1992) | 37 |
| 3.1 CONSIDERAÇÕES DE JAEGGLI (1982) SOBRE OS CLÍTICOS | 38 |
| 3.2 CONSIDERAÇÕES DE MENDIKOETXEA (1992) | 63 |
| 4. DUPLICAÇÃO DE CLÍTICOS | 67 |
| 4.1 DUPLICAÇÃO DE CLÍTICOS: UMA QUESTÃO PRAGMÁTICA? | 72 |
| 5. CLASSIFICAÇÃO DOS CLÍTICOS | 76 |
| 5.1 OS CLÍTICOS EM RELAÇÃO AO VERBO..... | 76 |
| 5.2 OS CLÍTICOS ACUSATIVOS E DATIVOS | 77 |
| 5.3 O DATIVO ÉTICO | 80 |
| 5.4 DATIVO POSSESSIVO | 82 |
| 5.5 OS PRONOMES REFLEXIVOS E “SE” | 83 |
| 6. PARA UMA FUTURA REFLEXÃO SOBRE OS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS E NO ESPANHOL | 86 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 90 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 93 |

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo fazer um rastreamento sobre o que existe a respeito dos pronomes clíticos do espanhol. Para isso foi feito um levantamento histórico nas gramáticas tradicionais da língua espanhola tais como a Gramática Castellana (Nebrija, 1992), Manual de gramática Española (Seco, 1968), Esbozo de una Nueva Gramática de la Lengua Española (1975), Llorach (1995) entre outras. Sobre os pronomes clíticos do espanhol encontramos poucos registros, embora esses pronomes sejam usados de modo extremamente freqüente na língua espanhola. Apresentamos as pesquisas de Jaeggli (1982) e Mendikotexea (1992) como registros mais recentes sobre o que existe a respeito dos conceitos da gramática gerativa, como solução para alguns dos problemas referentes aos pronomes clíticos. Foi realizada ainda uma aproximação à pronomes clíticos do português e do espanhol com o intuito de mostrar que, diferentemente do português, onde os clíticos estão desaparecendo, no espanhol eles têm permanecido e mostram uma grande vitalidade no seu uso. Nosso trabalho faz o levantamento dos estudos sobre os pronomes clíticos do espanhol e servirá como base para futuras pesquisas, pois é um tema pouco explorado na lingüística hispânica e não se encontra muitos estudos a esse respeito. Assim, a elaboração desse trabalho nos permitiu fazer uma espécie de “survey” sobre os clíticos do espanhol e registrar os estudos mais relevantes sobre esse tema.

ABSTRACT

This research views to seek for some of the aspects about the clitics pronouns in Spanish Languages. For this it was made a historical survey about the traditional grammars of the Spanish Language like the Castellana's Grammar (Nebrija, 1992), Spanish Grammar Manual (Seco, 1968), Esbozo de una nueva Gramática de la Lengua Española (1975), Llorach (1995) and some others. About the clitics, we usually find just a few records eventhough they are common and frequently used in the Spanish languages. We present some of the researches of Jaeggli (1982) and Mendikotexea (1992), as the most actual records with the concepts of the gerative grammar and that consider it as a solution for some of the problems that refer to the clitic pronouns. We also tried to point some aspects of the clitics making a kind of comparison between the Portuguese clitics pronouns and the Spanish ones with the objective of showing that in the opposit of the Portuguese (where clitics are disapearing), in Spanish they have been keeped and they show vitality on its use. Our research makes a review of some papers done about the clitics pronouns and it will be able to be used in the future researches about this subject, once its not easy to find studies about them and its a subject not much explored for the researchers. For us, the realization of this research, gave the oportunity of doing a kind of "survey" about the clitics pronouns in Spanish e to register the most important researches done about them.

INTRODUÇÃO

A intenção desta pesquisa é rastrear um certo tipo de pronomes da língua espanhola sobre os quais têm se escrito algumas páginas, os chamados átonos ou clíticos. Aqui, nos deteremos a problemas fundamentais que estes pronomes apresentam, tratando às vezes de proporcionar, na medida do possível, enfoques distintos que foram representativos de alguns momentos importantes da pesquisa.

Quando começamos esta jornada ficamos chocados com o fato de não haver gramáticas que registrassem os pronomes clíticos de modo descritivo, ou seja, nas gramáticas pesquisadas encontramos sempre uma abordagem prescritiva.

O estudo dos pronomes átonos que propomos se centrará em algumas questões fundamentais sobre os distintos problemas que esses pronomes apresentam, como, por exemplo, a famosa duplicação dos clíticos. A verdade é que não há trabalhos sérios sobre a semântica e/ou a pragmática dos clíticos e quando se fazem descrições – pouquíssimas e parciais –, deixam sem esclarecer as dúvidas existentes.

Algo que se manifesta de modo sobressalente é o fato de estarmos enfrentando um tema de enorme complexidade. Assim, dá-se uma ênfase especial na tarefa de apresentar os dados de uma maneira sistemática, de modo que resulte claro quais são os problemas que se solucionam e quais os que ainda estão pendentes de receber uma explicação adequada.

No capítulo 1, apresentaremos um histórico sobre os clíticos, analisando algumas gramáticas, que consideramos como sendo as mais importantes, para avaliar o desenvolvimento histórico dos estudos sobre estes pronomes.

No capítulo 2 abordaremos a questão dos pronomes átonos na teoria gramatical para que os clíticos sejam situados quanto a sua ordenação e quanto ao sistema pronominal do espanhol.

A duplicação dos clíticos é um tópico que tem sido motivo de alguns estudos e discussões. Por essa razão, destacaremos no capítulo 3 este item e fazemos também uma exposição dentro da perspectiva pragmática.

Um dos melhores estudos feitos sobre a duplicação dos clíticos em espanhol é de Jaeggli (1982). Embora não seja nosso objetivo fazer um estudo aprofundado da visão gerativa sobre os pronomes clíticos do espanhol, no capítulo 4 apresentaremos um estudo sobre a visão gerativista deste autor. Segue ainda neste capítulo uma breve explanação sobre o estudo de Mendikoetxea (1992). No que tange à sintaxe, nossa proposta de trabalho é apenas apresentar o que existe atualmente de mais relevante a respeito dos pronomes clíticos na língua espanhola. Nossa intenção não é fazer uma análise mais profunda nessa área, visto que o enfoque dado nesta pesquisa é rastrear, fazer um levantamento da situação dos clíticos dentro da língua espanhola no que diz respeito a semântica e/ou pragmática. Assim, no que diz respeito à sintaxe gerativa,

apresentaremos somente os tópicos mais relevantes que existem sobre o assunto, visto que, curiosamente, fora as gramáticas tradicionais, esta foi a única reflexão coerente feita sobre os pronomes clíticos do espanhol. Cabe aqui lembrar, que o modelo gerativista adotado nesses estudos já foi superado, mas nos parece interessante deixar aqui registrado a sua importância dentro das pesquisas feitas sobre os pronomes clíticos. Assim, não temos a intenção de discutir sintaxe gerativa, mas somente registrar as últimas – e únicas! - pesquisas quanto aos pronomes clíticos nessa área. Jaeggli (1982), que não é hispanista, encontrou neste fenômeno específico da língua espanhola a possibilidade de validar um modelo gramatical. Passando a fase áurea da teoria, os estudos sobre os clíticos, dentro do gerativismo, se apagaram. Jaeggli adota um modelo gerativista para resolver alguns problemas dos pronomes clíticos e esse modelo é seguido por outros pesquisadores. Assim, curiosamente, hoje, dentro da sintaxe gerativa, os registros mais recentes sobre os clíticos apresentados pelos hispanistas estão baseados na “*Theory of Government and Binding*”.

Considerando de grande importância os clíticos no espanhol, acreditamos ser coerente pelo menos iniciar uma comparação do uso destes pronomes com o português. Deste modo, no capítulo 5 apresentaremos os clíticos do espanhol como elementos que estão em pleno uso, enquanto no português não ocorre o mesmo.

Assim, apresentaremos neste trabalho algumas nuances dos pronomes clíticos do espanhol. Levando em conta a complexidade do tema, procuramos esclarecer alguns problemas a ele relacionados, mas sempre conscientes que ainda há várias hipóteses a serem discutidas e que muitas outras ainda aparecerão.

O espanhol tem sido considerado uma língua que permite anáfora zero de sujeito, mas não permite anáfora zero de objeto. Consideramos os pronomes clíticos um objeto de estudo complexo quanto a sua presença/ausência e das formas que essa presença/ausência assume no contexto. Através desse trabalho nos propomos a fazer um rastreamento sobre a situação dos clíticos desde a primeira gramática espanhola até os estudos contemporâneos mais relevantes. Os interessados na língua espanhola, certamente verão que este trabalho é algo diferente, pois não se tem um quadro razoavelmente claro sobre o que sejam os pronomes clíticos. Não existe para o parentiz brasileiro, nem dentro da tradição filológica, nem com os lingüistas hispânicos contemporâneos um trabalho que venha a focar os pronomes clíticos ao ponto de elucidar os questionamentos existentes sobre esses pronomes. O trabalho mais consistente que existe é a tese de doutorado de Neide T. Maia González que tem um enfoque diferente deste proposto por nós, pois é voltado para a lingüística aplicada. A tese de González apresenta as dificuldades que o falante brasileiro encontra em aprender os pronomes átonos da língua espanhola como segunda língua e não sendo um trabalho teórico ou

comparativo. Esse tipo de trabalho comparativo ainda está por ser escrito. Por isso, entendemos que este tema não está esgotado e deverá suscitar muitas discussões futuras e nossa intenção é que este trabalho sirva de cenário para futuros trabalhos que, certamente, surgirão.

1. HISTÓRICO

1.1 O “ESTADO DA ARTE”

Quando começamos a caminhada para a realização deste trabalho, fomos buscar em fontes de primeira grandeza, ou seja, gramáticas e outros registros confiáveis, dados que esclarecessem dúvidas a respeito do assunto: os pronomes clíticos do Espanhol. Um fato nos chamou a atenção é que na língua portuguesa os clíticos são usados somente na linguagem culta, o que não ocorre no espanhol que faz uso dos mesmos corriqueiramente.

A *Gramática Castellana* (1492) de Elio Antonio de Nebrija, foi a primeira gramática espanhola a ser registrada oficialmente. Nebrija foi o número um no normatizar o castelhano, a língua standart do novo país. Com essa gramática, inicia-se a Historiografia da Língua Espanhola. Além disso, a intenção desta gramática é servir como um depósito organizado de informações sobre a tradição filológica espanhola e registrar devidamente a língua espanhola dentro do contexto universal.

A tradição filológica espanhola é muito antiga e variada. Perde-se na remota antigüidade hispano-latina com contribuições como as de Lucio Anneo Séneca (4 a.C.-65 d.C.) y Marco Fabio Quintiliano (35-95 d.C.). Díaz y Díaz (1982) e Cuenca (1983) registram a importância de

Etmologías de San Isidoro de Sevilla (560-636) na preservação da língua espanhola. Houve mudanças acentuadas na tradição hispana no século XII. O fato da tradição filológica nacional começar com Nebrija (1492) foi um tópico muito discutido na literatura hispânica. No século XIII, a gramática medieval partia do suposto que a razão impunha à linguagem determinados modos de expressão que as diversas línguas deveriam respeitar acima dos aspectos diferenciais e particulares. Assim, as partes do discurso eram consideradas como modos de significação que deveriam expressar os vários aspectos do ser e do pensamento. O resultado foi uma gramática da linguagem e não da língua. Partindo da visão medieval e adotando a terminologia da época, não poderia se falar de duas tendências gramaticais totalmente opostas, porque o objeto material de ambas era idêntico: a língua latina. Por outro lado, se diferenciavam quanto ao objeto formal: a reflexão sobre as partes do discurso e a aprendizagem de regras com finalidade didática. As gramáticas do tipo *elementar* se caracterizavam pela clareza e simplicidade, qualidades necessárias para iniciar os alunos no estudo de autores latinos, (cf. Farrés, 1976). As gramáticas utilizadas em níveis superiores do ensino apresentavam uma marca de caráter especulativo. Em sua grande maioria levavam o nome de **Gramática speculativa** o **De modis significandi**, como as de William de Conches, Petrus Heliae no século XII e Roberte Kilwardy, Michel Marbais, Siger de Courtrai no século XIII.(cf.Nebrija 1492). As teorias da gramática especulativa nasceram de alguns

pensamentos filosóficos de base realista: a adequação entre o mundo das idéias e o mundo real. No século XV, a Espanha fragmentada em vários reinos, buscou sua união nacional gerada durante a longa luta contra os árabes. Reconquista, e com isso, busca um novo sentido da língua com a visão da magna entidade nacional. Em consequência, *o castelhano*, por razões histórico-culturais e políticas, acabou por converter-se na língua nacional enquanto o *espanhol* tornou-se denominação de cidadania (Alonso, 1943). A preocupação teórica e prática por elevar e dignificar a língua foi generalizando-se na mesma medida em que ia estabelecendo de maneira clara o objetivo final: a elevação do castelhano, considerado até então vulgar, à categoria de língua de cultura. Mas este processo histórico de consolidação em que a filologia, com o intuito de preservação da língua, cumpriu um destacado papel, exigiu, por um lado, lutar contra a supervalorização do latim e, por outro lado, fixar um uso forçado da língua romance. Para alcançar o primeiro, o ensino teve que ser renovado, aprofundando-se na estirpe genealógica do romance, ressaltando suas semelhanças com as línguas clássicas e valorizando suas próprias raízes. Para consolidar o último, ou seja, o uso da língua romance, foi necessário trilhar novos caminhos, como foi o de escrever a primeira gramática de uma língua romance (Nebrija, 1492), fixar sua ortografia (1517) e dotá-la de uma prestigiosa literatura. A gramática de Nebrija, publicada em 1492, a qual tinha a finalidade de preservar os registros da língua espanhola, não apresentou qualquer registro sobre dos

pronomes clíticos. Isto nos leva a questionar o uso dos referidos pronomes na época. Lembremos que 1492 é também o ano do descobrimento da América por Cristóvão Colombo e que, seguramente, não é pura coincidência o aparecimento da primeira gramática do espanhol neste mesmo ano. Talvez a incorporação e o uso dos mesmos fosse algo tão intrínseco, natural (poderíamos dizer até entranhado) na língua espanhola que, desde aquele momento e até hoje, não se fez necessário qualquer discussão ou comentário específico sobre o assunto. Simplesmente não se tomava conhecimento sobre a importância do assunto. Diante disto, vemos que o uso dos clíticos era algo que num primeiro momento não suscitou estudos nem registros. Se analisarmos a importância da gramática de Nebrija (1492) e em que circunstâncias surgiu, talvez a questão aqui apresentada, ou seja, os pronomes clíticos, não fosse algo que merecesse menção, ou ainda, algo que não havia sido tomado como importante. Notamos, que ainda hoje, esse assunto não está esclarecido e poucos são os que ousam escrever ou estudar sobre o mesmo. Esse fenômeno chama atenção do estudioso brasileiro porque entra em choque com a gramática do português brasileiro falado.

Em outras fontes de “primeira linha”, já do nosso século, (Seco (1968), Quilis (1980) e Gili y Gaya (1961)), porém, já começam aparecer as menções às formas clíticas, dando-se ênfase aos pronomes, revelando-se assim uma preocupação com estes elementos da língua. Em algumas gramáticas mais recentes, os clíticos aparecem de modo explícito, as

formas átonas aparecem como complemento de objeto direto e objeto indireto. Entretanto, fica muito claro que os hispanistas não se interessam nem pela semântica nem pela pragmática. O que importa é tão somente a norma ou os “desvios da norma”. Não há trabalhos voltados à semântica e/ou à pragmática dos clíticos. Por isso, nosso presente estudo torna-se fatalmente limitado devido à falta de descrições “reais” da língua espanhola. Por estas razões, este trabalho representa um apanhado do que existe, mostra o panorama da situação dos estudos sobre os clíticos da língua espanhola e faz uma aproximação para os trabalhos que virão.

Segundo a Real Academia Espanhola (1995), os clíticos são “incrementos pessoais” que ligados ao verbo têm a função de objeto direto ou indireto, ou ambos de uma vez. Assim, como as terminações verbais marcam a pessoa que funciona como sujeito gramatical e não se faz necessário um sujeito explícito, os clíticos atuam como unidades lexicais que cumprem as funções de objeto direto ou indireto. Os clíticos indicam, ao unir-se ao verbo, que este possui um objeto direto ou indireto de primeira, segunda ou terceira pessoa, o qual não se especifica com outra palavra por sua referência ser de conhecimento dos interlocutores. Porém, quando é de interesse comunicativo, ou seja, há intenção de ênfase expressiva, as construções podem explicitar, o objeto direto ou indireto, com um substantivo.

Quilis (1980) afirma que “*Las formas átonas del complemento directo e indirecto de la primera y segunda persona son idénticas, mientras en la tercera difieren.*” (Quilis, 1980). Observe-se que esse tipo de afirmação apresentada numa gramática respeitável já não diz quase nada para os falantes hispânicos, imagine-se então, que informação ela forneceria para um aprendiz ou mesmo professor de espanhol como segunda língua!

Todos os gramáticos coincidem em que as formas átonas se pospõem ao infinitivo, gerúndio e imperativo. Nas demais formas verbais, as formas átonas precedem ao verbo.

Segundo a visão de Quilis, para fazer uma distinção genérica no complemento direto faz-se o uso da forma **la** para o feminino para distinguir entre:

(1) *Le di un coche* (a él).

(2) *La di un coche* (a ella).

Esta distinção é coloquial e até dialetal, e não é norma, a qual recebe o nome de *laísmo*. Pode-se dizer, então, que o *laísmo*, *la* x *le*, é o uso de complemento indireto feminino. Trataria-se de um fenômeno conversacional, ou seja, do uso informal e não da norma.

Ainda segundo Quilis, ao contrário, **le** é usado como complemento direto masculino para esclarecer o equívoco com o neutro **lo**. A esse

fenômeno da língua espanhola dá-se o nome de *leísmo*. Em outras palavras, *le* é usado como complemento direto masculino para fazer uma diferença entre o uso do artigo neutro *lo* que é usado em alguns casos como, por exemplo, antes de adjetivos, advérbios, particípio, *que* (quando introduz orações) *de* (quando se refere a algo que não se quer dizer ou especificar).

(4) *Lo bonito que es mi país.* (adjetivo)

(5) *Lo mucho que te quiero.* (advérbio)

(6) *Lo amado que era el maestro.* (particípio)

(7) *No sé lo que dices. !Repite!* (que + subordinada)

(8) *Lo de Guillermo ni lo miremos todavía.* (de)

Assim, o leísmo seria o uso de *le* x *lo* como complemento direto masculino.

(9) *Le vi por la calle.*

Uma outra situação é o *lo* anafórico que às vezes reproduz orações e contextos inteiros:

(10) *No lo entiendo.*

Neste exemplo, *lo* pode referir-se a um contexto amplo, inteiro.

Uma referência clássica dentro do contexto lingüístico hispanista é o *Curso superior de sintaxis española* de Gili y Gaya (1961) citado como referência primeira dentro das gramáticas espanholas por todos os hispanistas. Assim, observando atentamente sua visão clássica sobre os pronomes clíticos, vemos que as formas átonas apresentam uma descrição seguida por outros autores, como, por exemplo, Quilis (1980) que é posterior. Isso quer dizer que os que se vieram depois sempre se apoiam nessa gramática. Segundo Gili y Gaya, a significação que corresponde aos pronomes átonos de 3ª pessoa é a seguinte: *lo, la, los, las*, complemento direto (acusativo); *le, les (se)* complemento indireto (dativo). Este estado parece ser conservado integralmente na América Hispana, ou pelo menos em grande parte dela (Gili y Gaya, 1961). Neste trabalho, não trataremos desta questão, por isso fazemos aqui somente um breve e sucinto comentário.

Outro grande gramático espanhol - de cunho estruturalista - Seco (1968), no *Manual de Gramática Española*, menciona a distinção quando se trata dos casos:

De todas las formas que acabamos de ver, ofrecen un interés sintático excepcional las de dativo y acusativo me, te, nos, os, le, la, lo, les, los, las, se, llamadas formas átonas porque carecen de acento en la pronunciación y por ello se pronuncian apoyándose en las palabras adyacentes, con las que forman a veces un compuesto. (Seco, 1968, p. 155)

Seu estudo propõe discutir que frente às formas de acusativo *me, te, lo, la, nos, os, los, las*, se encontram, correlativas destas, referindo-se aos mesmos conceitos substantivos, as formas de dativo *me, te, le, nos, os, les*. Para Seco (1968), os pronomes átonos vêm reforçar o sentimento do falante, ou seja, dar ênfase na construção desejada. Vejamos alguns exemplos para esclarecer o uso destas formas em ambos os casos:

Acusativo

- (11) Ese hombre *me* (OD) busca. (*a mí*)
- (12) Tu padre *te* (OD) ha visto. (*a ti*)
- (13) *Nos* (OD) ha traído la tía. (*a nosotros*)
- (14) *Os* (OD) envidia la gente. (*a vosotros*)
- (15) Ayer *lo* (OD) vi en la calle . (*a él*)
- (16) No *la* (OD) conozco . (*a ella*)
- (17) Pedro nos *los* (OD) ha buscado . (*a ellos*)
- (18) La casa *las* (OD) ha pagado ya. (*a ellas*)

Dativo

- (19) Ese hombre *me* (OI) busca un disgusto(OD).(*a mí/para mí*)
- (20) Tu padre *te* (OI) ha visto las cartas(OD).(*a ti/para ti*)

(21) *Nos* (OI) ha traído la tía unos libros (OD).(a
nosotros/para

nosotros)

(22) *Os* (OI) envidia la gente vuestra casa(OD).(a *vosotros/la*
casa)

(23) Ayer *le* (OI) vi la cicatriz(OD). (a *éll de él*)

(24) No *le* (OI) conozco el nuevo vestido(OD).(a *ella/ de*
ella)

(25) Pedro no *les* ha buscado casa. (a *ellos*)

(26) La casa *les* ha pagado ya su sueldo.(a *ellas*)

É importante salientar aqui o posicionamento de Seco (1968) sobre as formas átonas de dativo, as quais admitem uma modalidade em seu significado que se chama *dativo de interesse*, pelo qual se expressa a participação sentimental do sujeito no enunciado que se fala. Se dizemos *se me murió mi madre*, não acrescentamos nenhuma informação nova em relação ao indicado pela oração *se murió mi madre*; com o *me* expressamos a intervenção afetiva no fato, ou seja, o interesse sentimental. Esse fenômeno ocorre freqüentemente na língua espanhola, o qual veremos mais adiante ao discutir a função pragmática.

Quando buscamos no *Esbozo de una Nueva Gramática de la Lengua Española* da *Real Academia* (1975) os registros sobre os pronomes clíticos, encontramos algumas considerações interessantes. Como o

próprio título anuncia, essa gramática é a antecipação provisória daquela que viria a ser a nova edição de sua *Gramática de la Lengua Española*. A finalidade primordial dessa publicação é a de reunir materiais que a comissão de Gramática dessa Academia preparou como base da futura *Gramática*. Dessa forma, esse *Esbozo* tem toda validade normativa.

No que diz respeito à equivalência *a él* = *le*; *a mí* = *me*, que são variantes de acusativo ou dativo, são feitas as seguintes considerações: os dois membros de cada uma destas igualdades quase nunca fazem um intercâmbio. Nem sequer se poderia dizer, em termos gerais, que *a él*, por exemplo, é um reforço de *le*, ou que sua presença dá origem a certa espécie de pleonasma, pelo fato de que quase sempre aparece na mesma oração que *le*, o que, por outro lado, não ocorre com muita freqüência. *Me es fácil* implica *no me es difícil*, pero *a mí me es fácil* implica *a ti* ou *a otro no le sería tan fácil*. Nessa expressão, notamos que a presença do pronome clítico serve para determinar a intenção do falante, ou seja, reforçar a frase dita. Quando se diz, *a mí me es fácil*, o uso de *a mí*, age como elemento enfatizador na intenção do falante. Esse fenômeno faz parte da língua espanhola e está intimamente ligado ao locutor. No espanhol antigo e clássico encontramos o uso de *a él*, *a mí*, sem o precedimento de *le*, *me*. Os seguintes exemplos do *Esbozo* podem comprovar que se trata sempre do mesmo tipo de enunciado excluindo (*a mí sí, pero a ti no*) ou de contraste (*a mí esto, a ti lo otro*):

A mí dio rumiar salvad / él comió el pan más duz (Juan Ruiz, 118);

Véela e dexa a mí para siempre (Celestina, I);

Que yo os doy el parabién / [...] y a ella licencia doy / para que os dé mano y brazos (Lope de Vega, La corona merecida, v. 948).

Se trocarmos *a mí* por *me*, *a ella* por *le*, veremos que o sentido destas passagens ficará deficiente, isto é, se perderá a ênfase necessária para a leitura. O uso destes pronomes no contexto é proposital para reforçar, e até mesmo destacar a intenção do falante.

Segundo Vigara Tauste (1987), em relação à língua espanhola, a maioria dos autores estão de acordo em dizer que o que interessa realmente para o estudo concreto do coloquial é a sintaxe, e que os elementos sintáticos são a “entranha da linguagem coloquial”.

Trata-se de uma sintaxe dinâmica, de difícil interpretação nos moldes da gramática tradicional, de escassa base real. Normalmente as alterações sintáticas do diálogo se explicam em razão da expressividade. (Vigara Tauste, 1987:18)

Já na versão da *Gramática de la Lengua Española de la Real Academia* (1995), os pronomes pessoais átonos são apresentados de duas maneiras: os substantivos pessoais, que têm dois critérios: de referir-se a elementos da situação em que se fala, e as partículas átonas que se unem ao verbo. Assim, segundo a Real Academia, existem dois motivos para reunir esses dois critérios: sua origem histórica e sua parcial identidade semântica, visto que os dois critérios contêm um componente comum:

designar a uma das três pessoas gramaticais. Aqui encontramos dois problemas: primeiro, a mistura de critérios e segundo, a falta do estudo da semântica. Os pronomes átonos nunca aparecem isolados, mas formando um todo com o verbo, ainda que a morfossintaxe e a ortografia os apresente separados em próclise (como em *Se cuenta*) ou unidos em ênclise (como em *Cuéntase*). Atualmente, prefere-se o uso da próclise com as formas verbais flexionadas, enquanto com o imperativo e nominais verbais utiliza-se a ênclise: *Lo compré, La compraste, Me dará, Te darían*, ao contrário de *compradlo, Comprarla, Comprándome*. Existe uma explicação na *Gramática de la Real Academia* de que na língua escrita (registro formal) e em certas zonas dialetais, perdura o emprego da ênclise quando a forma verbal vem depois de uma pausa: *Vanse las leyendas, Compráronme un vestido y hasta hoy*. É fato que sempre que se encontra uma explicação para o uso desses pronomes notamos que os gramáticos se baseiam na norma e procuram os desvios.

É importante mencionar aqui que a *Gramática de la Real Academia* traz os substantivos pessoais referindo-se a participantes da situação em que se fala, e os “incrementos” pessoais fazem alusão (por anáfora ou por catáfora) a outras unidades contidas no contexto lingüístico. Estas unidades pessoais átonas são: *me, te, le, lo, la, nos, os, les, los, las* e *se*.

Do mesmo modo que as flexões verbais marcam a pessoa que funciona como sujeito gramatical e não faz falta um sujeito explícito se a situação não é ambigua, os elementos adicionais pessoais permitem evitar

as unidades lexicais que cumpririam as funções de objeto direto ou indireto. Os elementos adicionais indicam, ao unir-se ao verbo, que este possui um objeto direto ou indireto de primeira, segunda ou terceira pessoa, o qual não se especifica com outra palavra por ser sua referência conhecida dos interlocutores (RAE, 1995, p.199).

Os elementos adicionais pessoais podem variar quanto ao número, que depende da unidade a que se referem. No singular: primeira pessoa *me*, segunda pessoa *te*, terceira pessoa *le*, *lo*, *la*; no plural: *nos* de primeira pessoa, *os* de segunda pessoa e *les*, *los*, *las* de terceira pessoa. A unidade *se*, também de terceira pessoa, vale tanto para o singular como para o plural. Essa unidade também se usa com *me*, *te*, *nos*, *os* porque todos estes desempenham as funções de objeto direto e indireto sem distinção.

(27) *Se me los compró Juan.*

(28) *Se te los llevó Maria.*

(29) *Se nos há invitado a cenar.*

(30) *Se os buscó por toda la casa.*

Observe-se que, nesses casos, *se* apenas é compatível com verbos cujo sujeito gramatical seja de terceira pessoa (*se lava*, *se lavan*). Assim, a esta noção de uso do clítico, dá-se o nome de *reflexivo*, a qual consiste em indicar que a pessoa denotada pelo sujeito gramatical e a pessoa designada pelo objeto direto ou indireto coincidem em uma mesma referência.

Embora não seja o assunto aqui enfatizado, cabe mencionar que, no que diz respeito ao reflexivo *se*, a Real Academia registra que necessita de variação de gênero e número e que seu significante coincide com o que substitui aos elementos de terceira pessoa em função de objeto direto quando *se* junta com outro. Por outro lado, *se* se alinha com *me*, *te*, *nos*, *os* porque todos eles desempenham as duas funções de objeto direto e indireto sem distingui-las.

Da mesma forma como já vimos em Seco (1968), a *Real Academia* (1995) registra o gênero refletindo em apenas alguns elementos adicionais de terceira pessoa, como é o caso de *lo* e *los* para o masculino, *la* e *las* para o feminino. Além disso, o clítico *lo* serve para segmentos não marcados pelo gênero (os chamados neutros e unidades complexas substantivadas):

(31) *Cuando te quieras dormir, me lo dices.*

(32) *No queda outro remedio que vender, liquidarlo todo.*

(33) *Y todo ello se lo come el camello.*

As unidades *le*, *les* e *se* são indiferentes às distinções de gênero.

(34) *Estaba buscándole por la calle.*

(35) *Intenté hablarles mientras comíamos.*

(36) *Se fue cuando llegamos.*

Em resumo, quanto ao uso de laísmo e leísmo, a *Gramática de la Real Academia* recomenda manter o uso tradicional, aqui já mencionado, apenas com algumas concessões ao leísmo, isto é, *lo* como referente de masculino singular em função de objeto direto (embora se aceite *le* neste caso quando se refere à pessoa), *la* para feminino singular na mesma função; *los* para plural masculino e *las* para feminino como objeto direto; *le* e *les* para os objeto indireto, singular, plural respectivamente, sem distinção de gênero; *lo* como referente invariável de valores neutros nos papéis de objeto direto e de atributo. O fato da *Gramática de la Real Academia* recomendar que se mantenha o uso tradicional do uso dos clíticos, vem confirmar nossa afirmação no que diz respeito à prescitividade que é um componente presente em todas as gramáticas de espanhol por mais que algumas delas pretendam ser descritivas, como a de Quilis, por exemplo.

Existe ainda o registro na *Gramática de la Real Academia* (1995) sobre a possibilidade dos pronomes átonos ocorrerem junto ao verbo como um elemento adicional de objeto direto e outro de objeto indireto, ambos *proclíticos* ou *enclíticos*. Geralmente trata-se da combinação de um referente de qualquer pessoa com outro de terceira: o primeiro refere-se ao objeto indireto e o segundo ao direto. Podemos comprovar isso em:

(37) *Déjamelos.*

(38) *Te lo regalo.*

(39) *Nos la quitó.*

(40) *Os la mandé.*

Nas gramáticas mais recentes, como por exemplo a *Gramática de Español* (González & Sánchez, 1996), os pronomes clíticos são abordados – de novo – como os pronomes complemento direto e indireto. Esta gramática faz uma abordagem simples, sem um aprofundamento maior, ressaltando a complexidade da terceira pessoa dos pronomes clíticos.(cf. p.52). Curiosamente, mesmo sendo esta gramática elaborada para o ensino do espanhol como língua estrangeira, não se detém em detalhes para explicar os clíticos de maneira mais consistente quanto a seu uso. Porém, destacamos aqui que, nesta gramática, ocorre o registro do emprego redundante dos pronomes complemento direto e complemento indireto (cf.p.54):

(41) A Susana *la* invitaremos a la fiesta. (compl. direto)

(42) A tu hija conviene que *le* prestes más atención. (compl. indireto)

Assim, apesar de Ter registrado esse uso, a gramática não se detém nele, não faz a mínima tentativa de descrever e explicá-la mesmo sendo esta gramática um apoio para pessoas interessadas na aprendizagem do espanhol, não dá um suporte consistente no sentido de esclarecer o uso

do pronome clítico nas construções do tipo de 41 e 42. A assimilação da necessidade do “reforço” dos pronomes clíticos no discurso do falante de espanhol, como segunda língua, ficará sob responsabilidade do próprio aprendiz.

A *Gramática Básica del Español* (Sarmiento & Sánchez, 1996) traz registros dos pronomes clíticos no que diz respeito a sua norma e uso. O que nos chama a atenção é o fato de trazer uma nota explicando a posição da Real Academia Española quanto aos fenômenos de *laísmo*, *leísmo* e *loísmo*, ou seja, novamente, em primeiro lugar está a questão da norma e dos “desvios”.

Los fenómenos de laísmo, leísmo y loísmo han sido condenados por la Real Academia, con diferente intensidad y en distintos momentos históricos. En general, cada uno de ellos es propio de determinadas regiones peninsulares. El uso culto no admite el loísmo ni el laísmo, pero sí el leísmo de modo casi generalizado, siempre que le sustituya a lo en función de complemento directo masculino. Gramática Básica del Español (Sarmiento & Sánchez, 1996, p. 104)

Muitos são os detalhes que envolvem os pronomes clíticos e muitos e que certamente suscitarão a pesquisa de pontos que não tenham ainda sido abordados. Como veremos no decorrer do trabalho, os pronomes clíticos ainda apresentam muitos problemas a serem resolvidos. Hoje, as gramáticas espanholas têm apresentado os pronomes clíticos como sendo

algo intimamente ligado ao funcionamento da língua e não há referência de que estejam desaparecendo. O que notamos é que seu uso tem sido abundante tanto na língua coloquial como também na língua padrão e faltam as descrições do uso. Os gramáticos, como Gili y Gaya, Seco, pecam pela prescritividade e outros como Sarmiento & Sánchez que fazem uma abordagem gramatical de norma e uso, não chegam a esclarecer, elucidar esse fenômeno.

2. OS PRONOMES ÁTONOS NA TEORIA GRAMATICAL

Em espanhol, e em todas as línguas românicas, contamos com duas séries paralelas de pronomes. Os membros de uma delas se colocam sistematicamente adjuntos ao verbo, (*lo veo*) enquanto que os da outra aparecem em posição canônica de objeto, em alternância com os sintagmas nominais plenos (*le di el libro a él / a Juan*).

No *Manual de gramática histórica española* de Menéndez Pidal (1987, p.250) podemos ler: “*La flexión del pronombre muestra otra riqueza, distinguiendo en el caso régimen dos formas: una acentuada y otra inacentuada, distinción cómoda en que aventaja el romance al latín clásico*” (Pidal, 1987, p.250).

Na citação acima, o gramático apresenta sua posição em relação às duas séries de pronomes que representam uma “comodidade” ou uma “vantagem”. Certamente, não representam uma comodidade para o lingüista porque, para fazer este tipo de análise, é preciso adentrar às vezes no campo da fonologia, da morfologia, da sintaxe, da semântica e até da pragmática. Mas, além de tudo isto, o fenômeno da cliticização não se entenderá cabalmente sem se aprofundar no conhecimento das redes temáticas dos verbos, da caracterização dos núcleos de frase e dos fenômenos com eles relacionados, as propriedades das categorias

funcionais, as restrições sobre o movimento, das relações de (co)referência. Talvez seja este o motivo pelo qual tenha se dado relativamente pouca atenção aos pronomes clíticos nas gramáticas espanholas tradicionais. Por outro lado, os gramáticos não têm um ponto comum em relação aos pronomes clíticos, fator este que tem despertado grande interesse dos lingüistas teóricos. Mas desde os anos setenta, fundamentalmente com os trabalhos de Perlmutter (1970) e Kayne (1975), os pronomes átonos têm suscitado um interesse crescente entre os sintaticistas. A partir desta data, vários trabalhos têm surgido na intenção de explicar este sistemático fenômeno da cliticização.

O primeiro fruto dessas tentativas foi o reconhecimento da variedade de fenômenos implicados na cliticização. O estudo dos pronomes átonos têm sido feito desde as mais distintas perspectivas e muitos dos trabalhos se atêm aos (sub) fenômenos específicos, abordando parcelas concretas, como a “reduplicação” ou o tipo de categoria vazia que legitimam. Neste capítulo delimitaremos algumas das questões relacionadas com pronomes átonos e exporemos as hipóteses relativas a sua natureza e comportamento.

2.1 NATUREZA DOS CLÍTICOS: O SISTEMA PRONOMINAL DO ESPANHOL

Conforme as considerações feitas por Soriano (1993), as línguas românicas antigas apresentam alternâncias de formas enclíticas e

proclíticas. No entanto, a alternância está, pelo que parece, regulada por princípios que hoje lhes são alheios. Se o verbo ocupa a primeira posição na oração, o clítico há de segui-lo. Em outras palavras, seu efeito é a não aparição de próclise em posição inicial. Esta lei simplesmente estipula que “certos” elementos devem ocupar a segunda posição na oração.

Zwicky (1977) elaborou uma classificação que distingue clíticos *simples*, clíticos *especiais*, e *palavras ligadas* a clíticos. Os clíticos simples se caracterizam por se relacionarem com uma forma plena facilmente recuperável, com a que alternam segundo critérios regidos por princípios fonológicos e em circunstâncias que têm relação com muitos casos de registros lingüísticos, níveis de discurso e graus de formalidade. Um exemplo do próprio autor são as formas reduzidas dos pronomes objeto do inglês:

(1) *Bring them some tea > bring 'em some tea*

(2) *Tráeles té.*

As *palavras ligadas*, ao contrário, precisam de um correlato imediato não reduzido, mas precisam se apoiar em algum elemento da oração (geralmente por questões relacionadas a entonação), de modo que às vezes sua aparição está restrita a uma posição determinada na oração.

Por último, os clíticos *especiais* são alomorfos separados de uma forma plena e sempre se adjuntam a uma categoria determinada. Os

clíticos românicos atuais, em particular no espanhol, parecem ajustar-se melhor a esse tipo de divisão.

No espanhol antigo, como observa Rivero (1986), os clíticos apresentavam propriedades que os assemelhavam mais aos clíticos *simples*: não podiam ser iniciais e se adjuntavam a vários sintagmas.

São muitas as hipóteses levantadas para explicar essa troca (clíticos simples por especiais). Hofmann e Szantyr (1965) a atribuem a razões rítmicas, enquanto Geisler (1982) a questões de distribuição da informação (tema/rema). Outros autores ainda atribuem essa troca a fatores estritamente sintáticos, como a necessidade de uma posição fixa na oração (Benanchio & Renzi, 1987 e Wanner, 1987).

Tendo em vista a discussão anterior, nos deparamos com o problema de estabelecer o estatuto dos clíticos dentro da gramática: trata-se realmente uma espécie de elementos sintáticos independentes ou seriam na realidade afixos que formam parte do verbo?

Para Soriano (1993), os pronomes átonos apresentam, com efeito, algumas propriedades que os distinguem significativamente das palavras independentes, das quais a autora ressalta duas:

Em primeiro lugar, os clíticos não são portadores de acento.

Neste sentido, são fonologicamente dependentes do verbo com os quais aparecem; não podem ocorrer isolados, nem sequer como resposta a uma pergunta, em contraste,

naturalmente, com as palavras independentes, e de modo análogo ao que ocorre com os morfemas ligados:

- (1) a. *¿Quieres carne o pescado?* - *carne*.
b. *¿Lo quieres o la quieres?* - **lo*.
c. *¿Vamos o vais?* - **mos*.

Além disso, analogamente ao que ocorre com os morfemas flexivos, os clíticos não podem formar parte de uma coordenação nem serem suprimidos por identidade, cf.: (Bosque 1987).

- (2) a. *Juan trajo el coche y la moto*.
b. **Juan lo y la trajo*.
c. **vamos e -is*.

- (3) a. *Juan trajo y llevó el coche*.
b. *Juan lo trajo e llevó*.
c. **Trajimos y lleva- el coche*.

Estas propriedades assinaladas por Bosque (1987), na visão de Soriano (1993), não são decisivas para mostrar que se trata, efetivamente, de morfemas ligados. Ambas podem derivar-se de sua natureza átona. Neste sentido, não se distinguem do artigo ou dos

possessivos antepostos. Na realidade, estas propriedades são comuns aos clíticos *simples* e as *palavras ligadas* mencionadas por Zwicky (1977).

Como vimos e salientamos em nossa pesquisa, sempre que se faz uma afirmação ao uso dos pronomes clíticos, esta é feita com base prescritiva das gramáticas espanholas tradicionais. Por isso, há grande dificuldade em encontrar soluções para os problemas levantados dentro do contexto da semântica e/ou pragamática.

2.1.1 A ordenação dos clíticos

Os clíticos devem aparecer obrigatoriamente adjuntos aos verbos. Esta é a propriedade fundamental que os faz “especiais” na caracterização de Zwicky (1977). Nenhum elemento (exceto outro clítico) pode intervir entre ambos.

(4)**Lo no quiero.*

Curiosamente esse tipo de construção era possível no espanhol medieval (cf. *Lo non dexa* (Alatorre, 1993: 56). Para uma análise mais profunda sobre esse assunto, teríamos que percorrer o campo da lingüística histórica e como esse não é nosso objetivo, não faremos aqui um comentário exaustivo sobre o assunto.

Por outro lado, quase todos os gramáticos que se dedicaram aos pronomes átonos concordaram em observar que estes se ajustam a uma ordem muito rígida de pessoa pronominal em relação ao verbo (Bello,

1981; Ramírez, 1986), e que esta propriedade os assemelha aos elementos afixados.

Perlmutter (1970) trata dos critérios que regem esta ordenação ao reconhecer que os clíticos devem se ajustar ao esquema de Filtro sobre a Estrutura Superficial nos moldes da teoria de Chomsky (1965), como se vê nos exemplos:

- (5) a. *Se {me/te/le} cae / se lo compró.*
- b. *Te {me/nos} fuiste / te lo(s) compraste.*
- c. *{Me/te} lo dieron.*

Segundo este autor, (5) constitui um Filtro sobre a Estrutura Superficial, que se aplica à saída do componente transformacional, de modo que toda seqüência que não se ajuste a ele será rejeitada. Por outro lado, temos de interpretar (5) como uma sucessão “estritamente monótona crescente”, no sentido de que não pode se repetir nenhum elemento, e deve especificar-se também que as seqüências de mais de três clíticos estão proibidas.

Em concreto, parece que é impossível obter seqüências formadas por um acusativo de primeira ou segunda pessoa e um dativo de terceira:

- (6) a. **Te me escapé X te me escapaste.*
- b. **Me le acerqué X me lo acerqué.*

Essas restrições, parece que, na realidade, representam um filtro adicional que não se estabelece em termos de pessoa, mas estabelece Caso.

A autora afirma que (6a. e 6b.)o implica um notável enriquecimento do poder da gramática, e supõe a criação de um mecanismo adicional, somente para dar conta de um fenômeno concreto. Naturalmente, suscitou numerosas críticas e surgiram várias tentativas de reformulação em termos de mecanismos transformacionais ou de regras da base.

Segundo a autora, as tentativas de dar conta da ordem dos clíticos a partir de mecanismos sintáticos tem resolvido algumas dificuldades. Parece que a propriedade, característica dos clíticos, de formar grupos que se ajustam a uma ordenação específica é mais própria dos afixos do que das palavras plenas. Esta idéia é favorecida pela assimetria que se dá em uma mesma língua na ordenação das palavras(que, no espanhol, é bastante livre) e dos clíticos (Spencer, 1991).

Nenhum mecanismo sintático conhecido parece explicar a restrição de pessoa. Na realidade, vários trabalhos têm sido feitos em relação aos clíticos, com intenção de dar conta dos clíticos.

2.1.2 Os clíticos e o sistema pronominal do espanhol

Para Soriano (1993), quando se trata de analisar o comportamento dos pronomes tônicos das línguas como o espanhol, chega-se ao ponto comum em afirmar que estes têm um estatuto especial, ou seja, são qualificados de “redundantes”, “enfáticos”. Nota-se assim mesmo, de modo geral, que a propriedade de ser redundante é compartilhada pelos pronomes que se relacionam com a flexão verbal, isto é, os pronomes sujeitos de orações finitas e os que coaparecem com os clíticos. Gili y Gaya (1961: 127) mostra, neste sentido, que

“nos pronomes complementares encontramos casos análogos [aos de pronomes de sujeito], como por exemplo, *a mí me parece*”. (Seco, 1988)

Seco (1988) afirma que “este pronome pessoal sujeito [...] supõe exatamente a mesma ênfase que encerram as formas pronominais complementares tônicas quando se agregam às átonas. Entre *me parece* e *a mí me parece* há a mesma diferença entre *creo* e *yo creo*” (SECO, 1988).

Para o falante hispânico, fica bastante clara a distinção existente entre *me parece* e *a mí me parece*. Quando se faz uso da frase *a mí me parece*, toma-se para si mesmo a responsabilidade. *A mí* reforça a opinião desejada e dá ênfase na frase. O mesmo ocorre com *creo* e *yo creo*, ou seja, o uso do pronome vem reforçar o que o falante pretende dizer. Vigara Tauste (1987) trata desses pronomes como de expressões que

despertam um “estímulo no interlocutor”, ou seja, o uso do pronome vem reforçar, dar ênfase à intenção do falante. São estimulantes para o falante, que pode usá-los para dar maior expressividade ao conteúdo.

2.1.3 É possível uma análise gramatical unitária dos clíticos?

Vamos aqui apresentar a possibilidade de que os clíticos não podem ser todos analisados do mesmo modo.

Segundo a análise de Soriano (1993), fica bastante claro o fato de que os clíticos de primeira e segunda pessoas não são totalmente equiparáveis aos de terceira. Somente os pronomes de terceira pessoa alternam (coexistem) com expressões referenciais (SNs lexicais, não pronominais).

(7) *Nos lo entregaron a los estudiantes.*

(8) *Os lo dirán sólo a los participantes.*

Isto faz com que a aparição dos clíticos de primeira e segunda pessoa seja obrigatória, visto que a duplicação de pronomes é sempre imperativa. Em relação aos pronomes de primeira e segunda pessoa, a distinção entre as formas reflexivas e não reflexiva não ocorre (*se/lo* vs. *me*).

As pesquisas feitas no que diz respeito às formas de dativo e acusativo são variadas.

Em primeiro lugar, o clítico dativo entra em construção de duplicação em todos os contextos, e em todos os dialetos do espanhol, enquanto que o acusativo apenas em certas variantes e sob severas restrições.

Demonte (1993) mostra que a duplicação de clíticos dativos não é, no sentido estrito, opcional, e elabora uma análise dos tipos de estrutura (com e sem duplicação). A hipótese básica é que tal alternância pode relacionar-se com a que se dá em inglês na chamada construção de “duplo objeto” (analisada em Larson, 1988), que exemplifica casos como *John gave a book to Mary/John gave Mary a book* (“*Juan dio un libro a María*”). A diferença é que não se pode estabelecer uma relação derivacional entre as estruturas com e sem clítico, mas que ambas correspondem a estruturas léxico-conceituais distintas. Esta singularidade dos clíticos de dativo tem base em dados semânticos (maneira de desenvolver o evento descrito pelo predicado) como as propriedades estruturais (assimetrias na ligação de anáforas e na interpretação de pronomes ligados por quantificadores, entre outros). Nesta análise não se exclui a hipótese de que o clítico dativo possa ser o núcleo de uma projeção funcional.

Se olharmos para as considerações de Soriano (1993) sobre as categorias funcionais e os clíticos, a generalização sobre a duplicação de

acusativos frente a dativos se estabelece em termos da presença de uma preposição como requisito fundamental dos objetos de duplicação, e da natureza dessa preposição. Suñer (1993) observou que a propriedade que deve cumprir o SN relacionado com um clítico de OD não é a de ir precedido de *a*, mas a de ser específico. Assim, segundo Soriano, esta restrição não é exclusiva dos contextos de duplicação e se dá também em deslocamento à esquerda, extrações e, em geral, em todos os casos em que o clítico se refere a um SN.

(9)a. *Dinero, no (*lo) tengo.*

b. *¿Qué/a quién (*lo) viste?*

c. *¿Compraste cerveza? – Sí, (*la) compré.*

Nos exemplos citados em (9), não aparece de modo explícito nenhum clítico referido ao objeto. Existem dialetos do espanhol que omitem de modo sistemático os clíticos acusativos, mas não os dativos, como por exemplo o espanhol falado em Quito, estudado por Suñer e Yépes (1988).

Por outro lado, é uma atribuição exclusiva dos dativos a de introduzir não argumentos, devendo os mesmos aparecer necessariamente duplicados. Cf.: Soriano (1993: 54)

(10) *Le presentaron (a) Teresa a Juan.*

Soriano aponta outra propriedade que singulariza os clíticos de dativo, e em que se encontram subespecificados quanto aos seus traços. Podem, por exemplo, perder a marca de plural quando aparecem em construções de duplicação. Cf.: Soriano (1993: 54)

(11) a. *No le tiene miedo a las balas.*

b. *Nunca le agrada a los gobernantes la
disconformidad
de los gobernados.*

Este fenômeno atinge exclusivamente o *le(s)*. Assim, a interpretação que se pode dar a este fato, é que a função do dativo é a de um expletivo, ou seja, partículas ou expressões que não são necessárias para o sentido da frase, mas que a elas são somados valores expressivos. Vale aqui repetir a importância dos pronomes clíticos na expressão oral do falante espanhol, onde seu uso é valorizado na intenção de reforçar a construção desejada.

3. ABORDAGEM GERATIVISTA: JAEGLI (1982) E MENDIKOETXEA (1992)

Neste capítulo focalizaremos a visão gerativista sobre o tema em questão. Queremos salientar que os registros feitos aqui ainda apresentam o modelo gerativista ultrapassado, ou seja, estão baseados na “*Theory of Government and Binding*”. Podemos constatar que pouco tem se escrito ou desenvolvido no que diz respeito aos clíticos na língua espanhola. Não nos deteremos em detalhes a respeito dos clíticos dentro da visão gerativista, visto que nosso objetivo é tão somente registrar o que de mais recente há sobre o assunto dentro da gramática gerativa e quais as soluções apresentadas para determinados problemas. Tomaremos como base os estudos de Osvaldo Jaeggli (1982) por sua importância como pesquisador na área da sintaxe gerativa. Nos deteremos ainda, em apenas uma citação do trabalho Amaya Mendikoetxea (1992), o qual consideramos relevante. Esta autora adota como abordagem teórica a visão gerativista, na tentativa de explicar alguns problemas existentes a respeito dos clíticos do espanhol.

Nos trabalhos de Jaeggli (1982) se parte, com efeito, dos fenômenos de duplicação e estes se analisam de modo especial nos

contextos de extração, produzindo-se como resultado análises alternativas.

Jaeggli caracteriza os clíticos de forma dupla: são às vezes afixos e, às vezes, elementos sintáticos. Elabora, além disso, uma tipologia dos pronomes átonos dativo e acusativo paralela à que se estabelece para as categorias sintáticas nominais, da qual se derivam, entre outras coisas, as diferenças com respeito às possibilidades de duplicação e às extrações.

Mendikoetxea (1992) oferece uma formulação concreta da caracterização dos clíticos como afixos em termos da distinção entre categorias lexicais e funcionais, e dá conta de sua posição a partir das restrições que operam sobre o movimento de núcleos. A hipótese central é que os clíticos encabeçam sua própria categoria funcional, que é distinta para os clíticos de acusativo e os clíticos de dativo, e se percebe de modo unitário nos fenômenos de duplicação, de ordenação interna da sequência de clíticos e da ênclise e da próclise.

3.1 CONSIDERAÇÕES DE JAEGLI (1982) SOBRE OS CLÍTICOS

Tomando como base, neste momento, o texto de Jaeggli (1982), os clíticos poderiam ser caracterizados como morfemas não identificáveis, em sentido estrito, nem com palavras (ou raízes) independentes nem com as unidades flexivas. A análise e a representação de tais morfemas apresentam problemas interessantes com respeito aos pontos de contato entre as regras e os princípios sintáticos e morfológicos. Por um lado,

estes morfemas manifestam as propriedades das unidades ligadas; por outro, seu comportamento é semelhante ao das unidades sintáticas autônomas. As línguas românicas dispõem de um conjunto de formas pronominais (geralmente denominadas *pronomes clíticos*) com estas características. Jaeggli estuda algumas das propriedades dos pronomes clíticos do espanhol. Sua análise apresentada para o espanhol pode aplicar-se a outras línguas com construções similares, ou seja, as línguas românicas. Assim sendo, pequenas diferenças nas opções paramétricas dão lugar a sistemas lingüísticos com propriedades superficiais notavelmente divergentes. Nos últimos anos, vários estudos têm surgido com o objetivo de explicar a variação paramétrica. Neste trabalho não será feito um panorama exaustivo de tais opções paramétricas; nos deteremos em apenas algumas delas (em especial as relacionadas com as diferentes línguas românicas e com os diferentes dialetos do espanhol).

As construções em que participam os clíticos apresentam diversas dificuldades descritivas. Como apontamos anteriormente, uma delas tem a ver com sua natureza sintático-morfológica. Outras se derivam do papel que os clíticos desempenham na subcategorização e nas estruturas temáticas, das propriedades de Caso de certos pronomes clíticos, de suas repercussões sobre outros processos sintáticos de caráter geral (como por exemplo, “movase α ”). Dificuldades de outro tipo surgem, além disso, no marco de uma teoria da gramática que reconhece a existência de categorias sintáticas vazias, com respeito às propriedades da categoria

vazia presente em uma oração como *Juan lo vio* (Jaeggli, 1982: 142), no caso de que sua estrutura sintática seja, com grandes traços, *Juan lo vio* SN* (onde SN* não está foneticamente realizado). Uma maneira de abordar esta questão seria supor que a teoria da gramática proporciona um inventário finito (e muito reduzido) de categorias vazias que diferem entre si na combinação de seus traços.

Considere-se, em concreto, o sistema proposto por Chomsky (1982), sistema no qual se estabelecem quatro tipos de SNs (vazios e foneticamente realizados) como resultado da combinação dos traços [\pm pronominal] [\pm anafórico]. As propriedades do SN nos proporcionarão informação, em consequência, acerca do tipo de categoria vazia que ocupa determinada posição.

Aqui apresentamos uma análise de Jaeggli (1982) apoiada nos trabalhos de Aoun (1979) e Borer (1983). Em concreto, nem todos os clíticos podem ser tratados como a materialização dos traços de Caso. O que há de parametrizar-se não é o sistema dos clíticos, mas outras propriedades independentes das línguas em questão. Jaeggli aborda três assuntos fundamentais no estudo das construções com clíticos em espanhol. Em primeiro lugar, as propriedades de Caso, em segundo lugar, analisa a posição dos SNs dobrados por um clítico e, finalmente, a interação entre as operações de extração e a reduplicação de clíticos.

Começaremos com a análise da posição de certos pronomes clíticos em espanhol, como em:

- (1) a. {Lo/la/los/las} vimos.
b. {Le/les} entregamos el paquete.

Jaeggli constata em Kayne (1975), Strozer (1976) e em muitos outros estudos, os clíticos das línguas românicas aparecem, canonicamente, como morfemas ligados a um verbo. Vamos supor que ocupam na estrutura-D e na estrutura-S o lugar que a seguinte configuração mostra:

- (2) v [clítico V].

Jaeggli (1982) considera sintaticamente o clítico como uma “palavra” independente, uma vez que está dominado pelo mesmo laço da palavra a qual se adere, é tratado também como parte do verbo. Portanto, o domínio de regência do clítico coincide com o domínio de regência do verbo. Os clíticos são, em consequência, *afixos sintáticos*, no sentido de Fabb (1984). Supor que eles formam um lista no léxico e que, como o resto dos elementos lexicais, estão sujeitos a requisitos de subcategorização, isto é, possuem *marcas de inserção*. O clítico de (2), por exemplo, teria a seguinte marca mínima de inserção: [_V].

Jaeggli (1982) levanta uma questão que surge de imediato diante da estrutura de (2) é a da natureza argumental da posição dos clíticos: trata-se ou não de uma posição argumental? Pode-se encontrar distintas alternativas na bibliografia; propõem-se, assim mesmo, que as possibilidades talvez variem em línguas diferentes, podendo ser este um assunto sujeito à parametrização. Jaeggli parte da idéia de que a posição ocupada por um clítico não é uma posição argumental e faz o seguinte questionamento: se os clíticos não ocupam uma posição argumental, como se satisfazem então os requisitos de subcategorização dos verbos aos quais estão correlacionados? A entrada lexical do verbo *ver*, por exemplo, conterà, pelo menos, a seguinte informação:

(3) *ver*: [+V, -N]

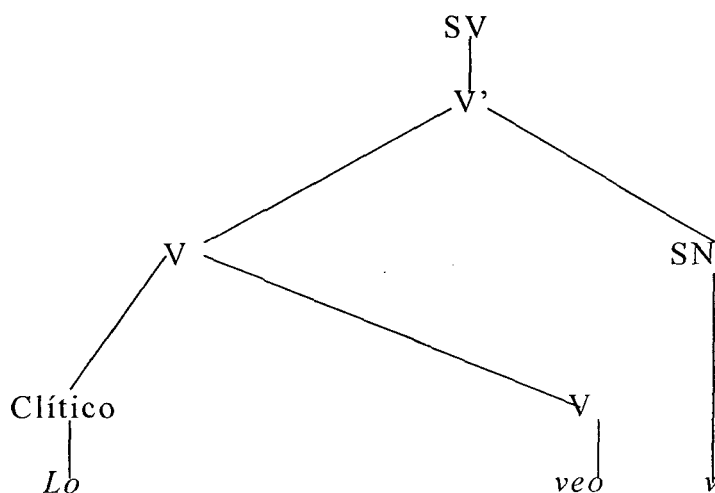
0 s

0 d = [_SN].

Na entrada lexical de (3) quer se representar a seguinte informação. O elemento lexical *ver* (listado como uma raiz) é um verbo e tem dois papéis temáticos: um papel temático externo (não vinculado) que o verbo assinala composicionalmente ao SN sujeito, “0 s” em (3), e um papel temático interno, vinculado com um traço de subcategorização, o de objeto direto do verbo. O Princípio de Projeção de Chomsky (1981) faz necessária a existência de uma posição sintática de SN dentro do domínio

de regência do verbo com a finalidade de satisfazer seu traço lexical de subcategorização estrita. As estruturas-D e -S do SV de orações como a de (4a) ficariam, portanto, refletidas em linhas gerais, em (4b):

(4) a. *Lo veo.*



(p. 144)

De acordo com o Princípio de Projeção, o papel temático “ θd ” se assinala ao SN em posição de objeto. Note-se que este não pode ser assinalado ao clítico, já que na entrada lexical do verbo está vinculado com seu traço de subcategorização. Somente pode se assinalar θd a posição subcategorizada. Do mesmo modo em que força a presença de vestígios nos casos de movimento, o Princípio de Projeção requer, portanto, que exista a posição de SN subcategorizado nestas construções.

As provas empíricas em favor da existência desta posição são demasiado abundantes para ser revisadas aqui. Basta dizer que as análises das construções causativas das línguas românicas, da marca de Caso em determinadas línguas, entre outros, confirmam a existência de tal posição (cf. Kayne, 1975 e Borer, 1983).

Segundo Jaeggli (1982), em algumas línguas românicas em uma construção com um clítico a posição argumental deve estar obrigatoriamente vazia. Consideremos o seguinte paradigma do francês e do espanhol:

| | Francês | Espanhol |
|--------|-----------------------------|------------------------------|
| (5) a. | <i>Marie voit Jean.</i> | <i>"María ve a Juan".</i> |
| b. | <i>Marie le voit.</i> | <i>"María lo ve".</i> |
| c. | <i>*Marie le voit Jean.</i> | <i>"María lo ve a Juan".</i> |

Jaeggli afirma que pode se dar conta deste fato se supusermos que o clítico *le* de (5b), igual a outros elementos nominais, deve receber Caso (cf. Aoun, 1979 a; Jaeggli, 1982; Borer, 1983). Este requisito se cumpre como segue: o verbo *voit* marca Caso ao clítico, e já não pode marcar ao SN *Jean* em uma estrutura como a de (5c). Ou vice-versa: se marcar Caso a *Jean* em (5c), não poderá marcar ao clítico *le*. Em ambas suposições se produz uma infração do filtro de Caso, que estabelece que todo sintagma nominal léxico há de receber Caso, tornando, portanto, a sentença

agramatical. A partir de provas derivadas de construções com movimento de SN (por exemplo, construções passivas), pode-se afirmar que o filtro do Caso opera na estrutura-S. O mecanismo pelo qual se marca Caso ao clítico recebe a denominação de *absorção de Caso*.

Tal absorção é possível devido aos traços relacionados aos verbos, que, ao contrário dos papéis temáticos, não estão vinculados com posições estruturais específicas. Suponhamos que a única condição necessária para que se produza marcação de Caso é a relação de regência. Como o verbo de (2), v [clítico V], rege o clítico, este pode receber Caso. A absorção pode ser analisada, em consequência, simplesmente como uma suposição de marcação de Caso a um morfema ligado. Não se requer nenhum mecanismo especial adicional.

Veremos mais adiante que nem todos os clíticos devem absorver Caso. Isto é, o requisito de que se deva marcar Caso a um clítico constitui uma opção parametrizada. Este é um aspecto onde a maioria dos estudos não foi aprofundada. (Everett, 1984, é uma exceção). Se isto é certo, um determinado constituinte que receba Caso não pode derivar-se diretamente da natureza lexical de determinados constituintes, já que existem elementos lexicais que não se vêem sujeitas ao filtro de Caso. Devem, portanto, abandonar-se aquelas análises anteriores que tenham considerado todos os clíticos como receptores obrigatórios de Caso, ou, o que é inclusive mais radical, como a materialização dos traços de Caso.

Continuando, nos deteremos com mais detalhes nos pronomes clíticos de terceira pessoa do espanhol porque são os únicos pronomes que manifestam distinções morfológicas de caso em espanhol. Como já mencionamos, dividem-se em dois grupos: clíticos de acusativo (*lo, la, los, las*) e clíticos de dativo (*le, les*).

Como nos exemplos do francês de (5), os clíticos de acusativo do espanhol estão em estrita distribuição complementar com os objetos diretos não precedidos pela marca *a* (deixamos para mais adiante a discussão dos casos em que *a* precede ao objeto direto):

(6) a. *La compré (*la casa).*

b. *Lo vendí (*el libro).*

Jaeggli (1982) afirma que podemos dar conta diretamente do paradigma de (6) se supusermos que os clíticos de acusativo necessitam Caso. Parte da razoável hipótese de que um marcador não pode marcar um único traço de Caso a mais de um receptor, uma vez que se marca Caso ao clítico, o SN em posição de complemento já não pode recebê-lo.

Os clíticos de dativo do espanhol se comportam de uma maneira diferente, em relação em relação a absorção de caso. É habitual que não se encontrem em distribuição complementar com os objetos diretos:

(7) *Le entregué el libro al profesor.*

O clítico de (7) é, em sentido estrito, opcional; ainda que esteja presente na maioria dos dialetos do espanhol. Como poderia analisar-se tal opção? Antes de ocuparmos deste assunto com maior detalhe, note-se que os objetos indiretos do francês se comportam como os objetos diretos do espanhol. Isto quer dizer que existe novamente uma distribuição complementar estrita entre o clítico e o SN lexical que ocupa a posição de complemento:

(8) *Pierre lui a donné des bonbons (*à Marie).*

Pedro le ha dado bombones (a María).

Para Jaeggli (1982), os clíticos de dativo do francês poderiam ser analisados, portanto, exatamente igual aos clíticos de acusativo do espanhol, isto é, como unidades que absorvem Caso obrigatoriamente. Parece mais adequado analisar a preposição *a* que precede aos objetos indiretos do francês como uma marca de dativo do que como um marcador de Caso independente (Jaeggli, 1982 e Borer, 1983). O verbo marca Caso dativo ao SN em posição de complemento. Se um verbo tem como afixo um clítico de dativo, este absorve o traço de Caso que se havia marcado ao SN em posição de complemento, impedindo, desta maneira, que apareça um SN lexical em determinada posição (devido ao filtro do Caso).

Voltando à oração (7), é fácil imaginar pelo menos duas possibilidades. De qualquer modo, é crucial determinar qual é a origem do traço de Caso marcado aos objetos indiretos em posição de complemento. É o verbo ou a preposição *a*, que sempre os precede, que marca Caso aos objetos indiretos? Em outras palavras, são similares as propriedades de marcação de Caso e diferentes as propriedades dos clíticos de dativo em espanhol e em francês, ou reside a diferença nos mecanismos de marcação de Caso?

Jaeggli levanta a possibilidade de que seja a preposição *a* que marque Caso aos objetos indiretos do espanhol e que o verbo não desempenhe papel algum neste processo. Segundo o autor, o verbo não atribuiria então nenhum traço de Caso dativo. Mas, assim, não haveria forma de explicar o surgimento de clíticos de dativo. Os únicos pronomes clíticos correspondentes a complementos preposicionais que possui o espanhol são os de objeto indireto. Ou seja, não existem em espanhol as contrapartidas de *y/en* do francês. Não se cliticizam, de fato, os complementos de direção introduzidos pela preposição *a*:

(9) a. *Juan fue al cine.*

b. **Juan le fue.*

Jaeggli considera que (9b) não pode ser a versão cliticizada de (9a), como nenhum falante de espanhol o consideraria. Visto que a

concepção geral dos clíticos anteriormente sugerida vincula intimamente a estes com traços marcando o verbo, como em Borer (1983), fica tentador atribuir a impossibilidade de (9b) a razões relacionadas com o Caso. A agramaticalidade de (9b) poderia explicar-se se supusermos que o clítico de dativo deve receber Caso de dativo e que o verbo em questão, tal e como aparece independentemente justificado, é incapaz de atribuir determinado Caso. Mas esta análise precisaria da suposição de que são os verbos, e não as preposições que precedem os objetos indiretos, são os que marcam Caso. O autor considera que se isto ocorre desta maneira, por outro lado, teríamos problemas na hora de dar conta do fato de que os clíticos de dativo e os SNs objeto indireto coaparecem livremente em espanhol. Essas considerações de Jaeggli nos colocam diante de um paradoxo. Se os verbos não têm nada a ver com a marcação do Caso dativo, fica impossível explicar certas propriedades dos clíticos de dativo. Mas, se é o verbo que atribui o Caso dativo, independentemente da preposição, o problema reside na duplicação dos clíticos com objetos indiretos. Para resolver este paradoxo, Jaeggli, (1982), e Borer, (1983), sugerem que o verbo e a preposição *a* marcam Caso em conjunto. Isto possibilitaria a coaparição do clítico e do objeto indireto, como já vimos em

(7) *Le entregué el libro al profesor.*

Jaeggli (1982) sugere outra possibilidade que gostaríamos de explorar aqui. Segundo a argumentação do autor, poderíamos supor que os clíticos de dativo recebem Caso apenas opcionalmente. Nesta hipótese, pode-se atribuir Caso aos clíticos de dativo, mas não é obrigatório fazê-lo. Em uma construção como a de (7), o clítico não absorve realmente o Caso. Este se atribui ao SN em posição de complemento, como é habitual. Uma vez que não é necessário marcar Caso, o clítico de dativo do espanhol pode coexistir com o SN complemento. Já foi mencionado anteriormente que a absorção de Caso constitui um parâmetro em relação ao qual podem variar os clíticos. Alguns clíticos absorverão Caso obrigatoriamente, isto é, requerem que sejam marcados. Outros clíticos são tão somente receptores opcionais de Caso, quer dizer, podemos marcá-lo, mas não é obrigatório fazê-lo. É possível, por último, que alguns clíticos não aceitem Caso nenhum. A idéia de que os clíticos de dativo do espanhol são receptores opcionais de Caso irá se confirmando neste capítulo a medida que for analisada outras propriedades de dativo.

Se tomarmos a hipótese de que certos clíticos não precisam absorver Caso, não teria sentido se pensássemos que todos eles são meras realizações lexicais dos traços de Caso de um verbo. Podem encontrar-se, sem dúvida, em espanhol boas provas de que certos clíticos se vêem livres da absorção de Caso. Havia passado por alto este tipo de dado até o momento, com o qual se tinha a impressão de que, sempre que há um clítico, o verbo ao qual está adjunto possui um traço de Caso assinalável

a um SN complemento em uma construção correspondente sem o clítico. Entretanto, observemos as orações seguintes:

- (10) a. *Me voy al cine.*
b. *Te vas de este país.*
c. *Pedro se vino de América.*
- (11) a. *María se río de Pedro.*
b. *Te quedaste calladito.*
c. *Me muero por ver las Olimpiadas.*

Todas estas orações contém clíticos que não podem receber Caso, já que os verbos aos quais estão adjuntos não são marcadores de Caso. Todos estes verbos são intransitivos. Se disséssemos que estes clíticos recebem Caso, deveria tratar-se de um Caso especial que não pode marcar aos SNs. Note-se ainda, que estes clíticos não constituem argumentos adicionais dos verbos. Em muitos casos é possível omitir o clítico sem alterar a gramaticalidade da oração. O significado seria também o mesmo, ainda que a adição do clítico “indique espontaneidade” por parte do falante (ver em Bello, 1977, nota 102).

Outro tipo de construção onde os clíticos provavelmente não podem marcar Caso é a denominada de *dativo ético*. Vejamos o exemplo (12) tomado de Perlmutter, 1971):

(12) a. *Juan me le arruinó la vida a esa chica.*

b. *¡Te me ensuciaste el pantalón, mi hijo!*

Cada uma destas orações contém dois clíticos. Em (12 a) *le* é um clítico de dativo que duplica o objeto indireto *a esa chica*. *Me* é um *clítico ético*: expressa o fato de que a ação do verbo ao qual está adjunto afeta a mim de alguma maneira, que não é necessário se explicitar. O fato de haver estado interessado em arruinar a vida da menina, ficaria positivamente afetado. Se a menina é minha filha, ou alguém cuja vida não desejo ver arruinada, o fato me afetaria negativamente. Tudo isto parece cair por completo dentro do campo da pragmática. O clítico ético de (12b) está sujeito a uma interpretação muito similar. A entidade afetada não pode ser expressa por meio de um complemento (preposicional). Parece impossível afirmar, portanto, que estes clíticos recebam Caso. Tenha-se em conta que em (12 a) todos os traços casuais do verbo se atribuem a elementos distintos de clítico de dativo. O traço de Caso acusativo se atribui ao objeto direto do verbo, *la vida*, e o traço de Caso dativo se atribui ao objeto indireto do verbo, *a esa chica*. O verbo, simplesmente não tem nenhum outro Caso que marcar ao dativo ético. A conclusão que se pode extrair é, portanto, que os clíticos de dativo ético não precisam da absorção de Caso.

Já foi visto que não se pode produzir absorção de Caso em certas construções com clíticos. Jaeggli (1982) apresenta a idéia de que os clíticos de dativo, em particular *le/les*, são tão somente receptores opcionais de Caso. O autor supõe que, em uma oração como

(7) *Le entregué el libro al profesor.*

o clítico não absorveu o Caso dativo e que este traço foi atribuído ao SN complemento. Mas então,

(9b) * *Juan le fue.*

fica problemática. Por que é agramatical esta oração se os clíticos de dativo não requerem marca de Caso? É evidente que a causa não reside na ausência do Caso dativo no verbo desta oração. Existe, porém, outra possibilidade. Os pronomes clíticos de terceira pessoa são expressões referenciais. Como tais, devem estar vinculados com papéis temáticos. No caso de que não haja um papel temático com o qual possa estar vinculado o clítico, a estrutura estará mal formada. (9b) poderia se descartar devido ao fato de que o clítico não pode ser interpretado tematicamente. O verbo de (9b) tem que marcar somente um papel temático e o faz ao sujeito da oração. Como não é um reflexivo, o clítico não condiz com o sujeito da oração e, portanto, não está vinculado com o

papel temático externo da oração: o resultado é agramatical. Note-se que todas as orações

(10)a. *Me voy al cine.*

b. *Te vas de este país.*

c. *Pedro se vino de América*

(11)a. *María se río de Pedro.*

b. *Te quedaste calladito.*

c. *Me muero por ver las Olimpiadas.*

contém clíticos reflexivos. Estes clíticos condizem com o SN sujeito, e podem ser interpretados tematicamente: o resultado é gramatical. Podemos chegar à conclusão de que não há por que recorrer ao Caso para dar conta das propriedades destas construções com os clíticos. Assim, para os clíticos de dativos o Caso não dá conta em explicar determinadas situações. Nos casos de clíticos reflexivos é preciso papel temático.

Para Jaeggli, o requisito de que os pronomes clíticos sejam interpretados tematicamente é problemático quando se trata dos dativos éticos. Parece claro que tais clíticos não estão vinculados a um papel temático determinado a uma posição argumental do verbo ao qual estão adjuntos. De fato, tal como vimos anteriormente, sua interpretação

temática é imprecisa com respeito ao predicado com os quais estão associados. Seria difícil estabelecer com rigor o conteúdo do papel temático que pudessem representar. Assim, parece plausível assumir que o predicado não atribui papel temático a estes clíticos e que são eles mesmos os que dão um papel temático adicional ao verbo (tal e como ocorre com os clíticos presentes nas construções de possessão não alienadas: ver Jaeggli, 1982). Este papel temático poderia denominar-se *benefactivo* o *afectado* e não seria atribuído pelo verbo, mas que consistiria melhor numa propriedade intrínseca dos clíticos de dativo ético. Deste modo, todos os clíticos estão vinculados com papéis temáticos, no sentido de que todos eles são interpretados tematicamente.

Além dos dativos éticos, existe outro caso em espanhol em que os clíticos de dativo não estão associados com um argumento meta. Nas construções de possessão inalienáveis, os clíticos de dativo aparecem afixados a verbos que não aceitam argumentos meta:

- (13) a. *Le duele la cabeza a Juan.*
b. *Le sacaron la muela del juicio a Juan.*
c. *Le examinaron los dientes al caballo.*
d. *Le rompieron la pata a la mesa.*

Nestas orações, o clítico de dativo duplica o complemento *a SN*. Como se aponta em Jaeggli (1982), nestes casos o clítico é obrigatório:

todas as orações de (13) se tornam agramaticais se o clítico não está presente. Esses fatos podem ser analisados sem problemas dentro da proposta esboçada anteriormente. Na linha de Jaeggli (1982), suponhamos que o clítico concede um papel temático especial nestes casos, o qual se atribui ao objeto indireto do complemento formado pelo clítico e o verbo. De maneira informal, poderíamos pensar que este papel temático denota posseção. De fato, nas orações de (13) denota posseção inalienável, do objeto indireto. Leve-se em conta que nem sempre a posseção é inalienável.

- (14) a. *Le comí la torta a Juan.*
b. *Le rayé el disco a María.*
c. *Le ensucié el libro a Pedro.*

Novamente, a ausência do clítico produzirá resultados agramaticais em (14). Em todos estes casos, o objeto direto se interpreta como uma posseção do objeto indireto, mas a posseção é claramente alienável. Podemos chegar à conclusão, portanto, de que o clítico simplesmente proporciona ao verbo um papel temático de possuidor e que a inalienabilidade é resultado da relação que age como mediador entre o objeto direto e o objeto indireto no mundo real.

Para Jaeggli, o tipo de construção refletido em (13) e (14) deve diferenciar-se das construções com dativo ético. As construções com dativo ético não implicam posseção. Em

(12) a. *Juan me le arruinó la vida a esa chica.*

por exemplo, nem o objeto direto nem o objeto indireto são possuídos (em sentido algum) pelo referente do clítico de dativo ético, *me*. Em

(12) b. *¡Te me ensuciaste el pantalón, mi hijo!*

é evidente que o objeto direto, *el pantalón*, não está possuído pelo referente do clítico de dativo ético. Nenhum tipo de posseção está implicado nesta construção. Além disso, as construções com dativo ético manifestam uma peculiar restrição com respeito à pessoa dos clíticos. Somente os clíticos de primeira e de segunda pessoa, como em 12 a e b são perfeitamente naturais nas construções de dativo ético, enquanto que os clíticos de terceira pessoa são completamente inaceitáveis, ou, pelo menos, pouco naturais. As construções de posseção não mostram esta restrição: como se pode ver nos exemplos

(13) a. *Le duele la cabeza a Juan.*

b. *Le sacaron la muela del juicio a Juan.*

c. *Le examinaron los dientes al caballo.*

d. *Le rompieron la pata a la mesa.*

Os exemplos abaixoque contém dativos éticos:

(15) a. {*Me/te/le*} *duele la cabeza a {mi/ti/él}*.

(16) a. *¡Este chico no me come!*

b. **¡Este chico no le come!*

(17) a. *No te me pongas a gritar así, por favor.*

b. **No te le pongas a gritar así, por favor.*

(18) a. *¿Te lo llamo al doctor?*

b. **¿Se lo llamo al doctor?*

O exemplo (18b) possui um *se* espúrio. *Se* também funciona como o clítico impessoal e como forma supletiva dos clíticos *le* e *les* quando estes precedem a um clítico de acusativo, por exemplo, *le/les + lo => se lo*. Como podemos dar conta desta restrição no caso das construções com dativo ético? Para responder a esta questão, Jaeggli sugere a classificação dos clíticos de acordo com os traços [\pm pronominal] e [\pm anafórico].

Até o momento vimos que Jaeggli afirma que os clíticos devem ocorrer como afixos sintáticos. Como tais, se introduzem no léxico como um marco de inserção e se ajustam a estrutura de (2 v[clíticoV]). Os pronomes clíticos se diferenciam com respeito a suas propriedades de

absorção de Caso. É impossível assegurar que todos os clíticos do espanhol absorvem Caso. Alguns clíticos não absorvem, já que os verbos aos quais estão adjuntos não têm Caso para atribuir. Portanto, devemos admitir que alguns pronomes clíticos absorvem Caso obrigatoriamente, enquanto outros apenas opcionalmente. Existe, além disso, a possibilidade de que certos clíticos nunca absorvam Caso. A absorção de Caso se interpreta aqui, simplesmente, como a marcação de um traço ligado a um morfema. Para Jaeggli, em espanhol, os clíticos de acusativo absorvem Caso obrigatoriamente, enquanto os clíticos de dativo o fazem apenas opcionalmente.

Jaeggli faz uma suposição semelhante a de Borer (1983), de que os clíticos devem estar associados a um papel temático. Tal associação poderia expressar-se por meio da coindexação de um clítico com papel temático da rede temática do verbo ao qual o clítico está afixado. Esta coindexação não indica que marque um papel temático ao clítico. Suponhamos que os verbos atribuam seus papéis temáticos aos SNs em posição de complemento como consequência das convenções impostas em suas entradas lexicais. Nem todos os pronomes clíticos requerem, sem dúvida, coindexação com um papel temático. Considere-se novamente os denominados clíticos éticos do exemplo

(12) a. *Juan me le arruinó la vida a esa chica.*

b. *¡Te me ensuciaste el pantalón!*

É evidente que tais clíticos não estão vinculados com nenhum argumento temático do verbo. Poderíamos expressar esta diferença entre os clíticos éticos e outras classes supondo que algumas formas se introduzem na posição de clítico provenientes de um índice e outras não. As formas introduzidas com um índice devem ajustá-lo com o de um papel temático do verbo ao que estão adjuntos. É isto o que Borer (1983) denomina “Requisito de ajuste com um complemento”. Com este pano de fundo, Jaeggli sugere uma resposta ao problema proposto pela restrição das construções de dativo ético com respeito aos clíticos de primeira e segunda pessoa.

Vejamos o conjunto formado por todos os pronomes clíticos de espanhol deixando de lado as formas de terceira pessoa:

(19) **me** 1s, ± reflexivo, AC/DAT

te 2s, ± reflexivo, AC/DAT

nos pl, ± reflexivo, AC/DAT

(os) 2pl, ± reflexivo, AC/DAT

se 3s/pl, ± reflexivo, AC/DAT

Na análise de Jaeggli, todas as formas de primeira e segunda pessoa são ambíguas entre uma interpretação reflexiva e uma interpretação não reflexiva. As formas de terceira pessoa *lo*, *los*, *la*, *las*, *le* e *les* admitem

somente leituras não reflexivas. Está claro que a ambigüidade que afeta as formas de primeira e segunda pessoa sempre se resolve de uma ou outra maneira em uma estrutura específica. Codificaremos estas possibilidades com o uso dos traços [+pronimal] e [+anafórico]. Poderia se classificar, desta maneira, a série completa dos pronomes clíticos do espanhol como se segue:

- (20) a. [- anafórico, +pronominal] lo/la
los/las
le/les
- b. [=anafórico, -pronominal] se
- c. [±anafórico, ±pronominal] me, te, nos, (os).

Assim, segundo essa análise, a combinação [+anafórico, +pronominal] fica excluída das posições ocupadas por clíticos de igual maneira que PRO fica excluído pela Teoria da Regência α Ligação. Note-se que a posição ocupada por um clítico é uma posição regida por um verbo. Os pronomes de (20c) serão interpretados como reflexivos se têm os traços [+anafórico, -pronominal]; não serão reflexivos se possuem os traços [-anafórico, +pronominal]. O que ocorre com a combinação [-anafórico, -pronominal]? Suponhamos que esta combinação é a que convém aos denominados dativos éticos. Isto quer dizer que os SNs em

posição argumental com os traços [-anafórico, -pronominal] são nomes com referência independente, variáveis, ligadas por um operador. Devemos resaltar que isto só é possível se estes SNs ocupam uma posição argumental. Esta possibilidade não ocorre na posição ocupada por um clítico, já que tal posição não é argumental.

Esta classificação tem um conjunto de conseqüências desejáveis. Em primeiro lugar, equipara os clíticos nominais com uma tipologia das expressões nominais que está independentemente motivada e que se emprega em outros módulos da gramática. Portanto, não se introduz nenhum critério de classificação novo e exclusivo dos pronomes clíticos. Em segundo lugar, se supusermos que somente as unidades [+anafórico, +pronominal] estão sujeitas aos princípios da teoria do controle, esta análise explica por quê não existem clíticos controlados tal e como está PRO nas construções de *infinitivo*. Em terceiro lugar, nos oferece uma explicação para a restrição que pesa sobre os dativos éticos, como veremos adiante. E por último, constitui um *locus* natural de variação entre as línguas. É evidente que a classificação de (20) funciona somente em espanhol. Existem sistemas similares em outras línguas românicas, mas nada impede que uma língua tenha um clítico de terceira pessoa que seja bem + ou bem – reflexivo, como o são os clíticos de primeira e segunda pessoa em espanhol. Estas diferenças deveriam produzir interessantes exemplos de variação.

Recorde-se que os clíticos devem estar associados com um papel de rede temática do verbo (cf. Borer, 1983). Para Jaeggli, esta idéia deve combinar harmoniosamente, já que não cobre a todos os pronomes clíticos: deixa fora aos dativos éticos. Com a classificação anteriormente esboçada, podemos dar conta deste fato se supusermos que somente os clíticos positivamente especificados para o traço [α anafórico] ou [α pronominal] devem estar vinculados com um papel temático. De fato, esta suposição se deriva de considerações independentes. Jaeggli considera em primeiro lugar, os clíticos especificados como [+anafórico]. Estes clíticos estão vinculados a um papel temático devido ao fato de que, como elementos anafóricos que são, necessitam de um antecedente que se tenha marcado. Em consequência, pelo fato de ter um antecedente, ficarão automaticamente vinculados com um papel temático. Considere-se, em segundo lugar, os clíticos com o traço [+pronominal]. Tais clíticos se relacionam com um papel temático em virtude de sua natureza, referencial (Borer, 1983). Portanto, os únicos clíticos que não devem ser vinculados a um papel temático são aqueles que estão especificados negativamente com respeito a ambos os traços. É precisamente este o conjunto de pronomes que pode se encontrar na construções de dativo ético. Vimos anteriormente que somente as formas de primeira e segunda pessoa têm a opção de estar negativamente especificadas com respeito a ambos os traços. Todas as formas de terceira pessoa são bem [+pronominal] (por exemplo, *lo(s)*, *la(s)*, *le(s)*), bem [+anafórico] (por

exemplo, *se*). Em consequência, dado que não podem possuir especificações de traços que provoquem tal interpretação, as formas de terceira pessoa nunca poderão funcionar como formas de dativo ético.

3.2 CONSIDERAÇÕES DE MENDIKOETXEA (1992)

Para analisarmos de maneira mais profunda o trabalho de Mendikoetxea, seria necessário uma abordagem mais profunda sobre a teoria da gramática gerativa. Como este não é nosso objetivo, nos deteremos apenas em mencionar alguns pontos considerados importantes.

Para Mendikoetxea, se os clíticos de objeto direto como *la* recebem Caso papel - θ , não podem aparecer com um sintagma que necessite o mesmo Caso e papel temático que o clítico de objeto direto.

Esta análise certamente apresenta problemas tanto teóricos como empíricos. Teoricamente apresenta a questão de qual é a posição que ocupam os clíticos na estrutura sintática. Se os clíticos requerem Caso e papel temático, devem ser considerados como argumentos do verbo. Assim, se geram em posição argumental na Estrutura-P e se adjuntam ao verbo na Estrutura-S (Kayne, 1975) ou se geram em uma posição adjunta ao verbo, adjuntos com a posição argumental do complemento do verbo ocupada por uma categoria vazia (Strozer 1976 e Borer 1974). Vejamos estas possibilidades nos seguintes exemplos:

(21) a. ...[sv V [CL]].

b. ...[sv CL + V].

Na análise de (21a) não fica claro que elemento reforça o movimento do clítico desde a posição argumental. Por outro lado, em (21b) o problema principal é como explicar a adjunção gerada na base e não como resultado de um movimento no curso da derivação, assim como determinar a natureza e as propriedades da categoria vazia na posição argumental.

A língua espanhola apresenta um problema empírico para uma análise da cliticização onde os clíticos têm propriedades argumentais: a duplicação de clíticos, SNs objeto direto e objeto indireto.

(22) a. Juan *la* invitó a su prima.

b. Juan *les* compró un coche a sus padres.

Se a seqüência do exemplo (22) é agramatical porque tanto o clítico como o sintagma nominal competem pelo mesmo Caso e papel temático. Desta forma, Mendikoetxea questiona: como explicar orações como a de

(6) a. *La* compré (**la* casa)

b. *Lo* vendí(**el* libro)

onde clítico e sintagma nominal concorrem? A autora defende a hipótese de que existem dois tipos de clíticos: clíticos que absorvem Caso e clíticos que estão encobertos pelo termo Caso, dentro de um marco que considera os clíticos como componentes de núcleos funcionais.

Fazendo um estudo sobre a posição das construções com clíticos em espanhol, notamos que Mendikoetxea aponta as seguintes propriedades:

1. Os clíticos têm características de afixos e aparecem em posições não argumentais.
2. Os clíticos “absorvem” algum traço de verbo com os quais aparecem (Caso, papel temático...)
3. Os clíticos estão relacionados com uma categoria vazia em posição argumental.

Os estudos da autora têm como objetivo mostrar como uma análise dos clíticos como núcleos funcionais pode dar conta das propriedades como dos clíticos em geral, e das peculiaridades do fenômeno da cliticização em espanhol. Sua análise resolve algumas questões de caráter ambíguo dos clíticos como categorias morfo-sintáticas ao considerá-los como núcleos funcionais (Mendikoetxea, 1992).

4. DUPLICAÇÃO DE CLÍTICOS

Em gramáticas tradicionais aparece o fenômeno de “duplicação ou redundância pronominal” ou “dobrado de clíticos”: os pronomes átonos coaparecem com os objetos propriamente ditos. Os gramáticos tratam de um mesmo modo uma série de casos que cremos serem bastante distintos. Bello (1847), Gili y Gaya (1961), a Real Academia Española (1975), qualificam como casos análogos de redundância os seguintes:

- (1) a. *{A él/a Juan} lo han visto.*
b. *Me lo han dicho a mí.*
c. *Se lo han dicho a Juan.*
d. *El chico que no sabías cuándo lo habías visto.*

Em todos estes casos, o clítico aparece quando outro elemento que guarda a mesma relação com o verbo apresenta algum tipo de redundância.

Exemplos como (1a), onde aparece um elemento(pronominal ou não) anteposto, caracterizam-se como redundantes porque a aparição do clítico é obrigatória e porque a suposta “reduplicação” se produz tanto com objetos diretos como indiretos em todos os dialetos. Além disso, em

certas variedades do espanhol, o elemento inicial pode ser recuperado não apenas mediante um clítico, mas também através de um pronome pleno.

(2) *Eso, hay que dar cuenta de ello.*

Por outro lado, esta é a situação geral em línguas que, como o inglês, não têm clíticos (cf. Chomsky, 1977, entre outros):

(3) *This book, I really want to read it.*

Este livro, realmente quiero leerlo.

O caso de (1d) próprio da fala coloquial também não é uma reduplicação no sentido estrito. O que aparece “repetido” agora é um pronome relativo. Novamente, as propriedades que mostram estas estruturas são particulares. Também aqui aparecem clíticos tanto de OD como de OI.

(4) a. *El chico que no sabes cuándo lo viste.*

b. *El chico que me dijiste que le habían dado un premio.*

Os clíticos não contrastam com os pronomes plenos. Na verdade, não estão excluídos destas construções nem os possessivos, como em (5a), nem os pronomes tônicos objetos de preposição, como em (5b):

(5) a. *El chico que su padre es médico.*

b. *Un libro que nunca te he hablado de él y que quisiera que leyeras.*

Notamos, então, que casos como de

(1) d. *El chico que no sabías cuándo lo habías visto.*

são exemplos de um fenômeno mais geral, que consiste em construir uma oração de relativo introduzida pelo complemento *que* e com um pronome na posição vazia.

Ao contrário do que ocorre nos casos como

(1) b. *Me lo han dicho a mí.*

c. *Se lo han dicho a Juan.*

para que seja possível a estratégia a que nos referimos, é necessário que haja uma “estrutura” entre o antecedente e o pronome.

(6) *El chico que (*lo) viste.*

(7) *El chico que no sabes dónde *(lo) viste.*

Vemos aqui que se trata de uma espécie de escape para estruturas de orações com uso de relativo *que*, de outro modo, não seriam possíveis. Neste sentido, a aparição do pronome é obrigatória (cf. a versão agramatical sem clítico de (7)).

Assim, podemos dizer que os únicos casos de reduplicação propriamente ditos são os de (1b e 1c), ou seja, aqueles em que o clítico ocorre com um elemento em posição canônica de objeto. É necessário, portanto, fazer uma posterior subdivisão:

- a) Quando o objeto é um pronome, a aparição do clítico é obrigatória (OD ou OI):

(8) a. *Me ha visto a mí (*han visto a mí).*

b. *Le di el regalo a él (*di el regalo a él).*

b) Dentro dos SNs não pronominais cabe distinguir os objetos diretos dos Indiretos. Os indiretos se reduplicam com liberdade em todos os dialetos do espanhol; os diretos são “estranhos”, pelo menos no espanhol standard, se ocorrem com um clítico:

(9) a. *Le di el regalo a Juan.*

b. *¿Lo vi a Juan?*

Deve-se salientar que no dialeto que se fala na região do Rio de la Plata, conforme González (1994) são possíveis orações como (9b), se bem parece haver uma restrição que impede a duplicação se não aparece a preposição *a*, típica dos objetos animados.

c) Por último, dentro dos OIs, existem alguns que se reduplicam opcionalmente, enquanto em outros casos a aparição do clítico é obrigatória:

(10) a. *(Le) dijeron a Juan que viniera.*

b. **(le) gusta el cine a Juan*

Vejamos a posição de García (1975: 111) em relação a duplicação de clíticos:

En el caso de los clíticos de tercera persona [...] una frase nominal proporciona detalles léxicos que restringen la referencia imprecisa del clítico; el clítico, por su parte, proporciona información gramatical que especifica el papel de caso (no manifestado) de la expresión nominal. De ahí el abundante uso que se hace en español de la duplicación o expansión de clíticos: el uso concomitante de un pronombre correferente es un modo indirecto de “flexionar” los nombres para el caso.[Apud. González (1994: 235).]

Para García (1975), em todas as perspectivas dos contextos de duplicação, deve-se entender que os clíticos em tais contextos são meros morfemas flexivos.

4.1 DUPLICAÇÃO DE CLÍTICOS: UMA QUESTÃO PRAGMÁTICA?

Entre os estudos sobre a duplicação de clíticos em espanhol, tomamos como referência os de Silva-Corlaván (1980;1981), que traz especialmente um caso considerado como de “redundância inadequada” pelas gramáticas normativas. Este fenômeno está muito presente em certas variantes do espanhol, especialmente da América. Trata-se do uso dos clíticos acusativos co-referenciais com um objeto direto em posição pós-verbal. Os exemplos 11(a) a (e) estão em Silva-Corlaván (1980-1981: 561-2).

(11) a. *A mí se me abrió el mundo cuando lo conocí a Eugenio.*

b. *Lo hacen pasar vergüenza al hombre.*

c. *Lo adoraba a su perro.*

d. *Uno los ve los problemas, digamos, reducidos en dimensión.*

e. *Y por suerte que después, la Rosa, la fondeó la colcha*

en

la misma casa.

Para Silva-Corlaván, esta duplicação pronominal se atribuiria a uma função pragmática e, do seu ponto de vista, esse fenômeno, longe de ser um uso inadequado, é uma manifestação de concordância entre o verbo e o objeto direto, direto ou indireto. Essa concordância é motivada pelo relativo valor de topicalização da frase nominal acusativa ou dativa. Sua análise dos clíticos duplicados como marcadores de topicalização explica o aparecimento variável dos clíticos acusativos, como em 12 (a, b, e c) e a categórica dos dativos coreferenciais, como em 13 (a, b, e c). Cf. (Silva-Corlaván, 1980: 564)

(12)a. *La vi a ella ayer.*

b. *Yo cuando conocí a mí esposa le dije...*

c. *Me tomó la presión.*

(13) a. *Le pasé el libro a María / a ella.*

b. *A María a ella le enseñan rumano.*

c. *Yo le caí muy bien a mi suegra.*

Para a autora, a topicalização se define “...como la posibilidad que tiene un constituyente dado de ser tópico de una oración, es decir, un constituyente que posee una série de rasgos que son característicos de

las classes de referentes sobre los cuales tendemos a hablar.” (Silva-Corvalán, 1980: 567)

A autora conclui que os fatores que favorecem o aparecimento do clítico são a presença de um determinante e do traço [+ Definido], o que mais uma vez confirma ao menos uma das tendências apontadas para o espanhol quanto a vários fenômenos aqui focalizados. A autora considera que esse fenômeno de concordância sintática entre o verbo e o objeto direto se deve a fatores semântico - sintáticos que se relacionam com a noção de topicalização. A análise de Silva-Corvalán parte de uma idéia de Givon (1976) da existência de uma hierarquia universal de topicalização. Assim, a função pragmática de um dado SN tem um alto valor de topicalização.

A concordância gramatical inicia-se como uma concordância verbo - tópico e os pronomes clíticos correferenciais com SNs objetos devem ser considerados marcadores de concordância verbo /objeto. Com respeito à topicalização, temos a seguinte hierarquia de casos:

Agente > Dativo > Acusativo

Essa análise apóia a interpretação de Givon (1976) mencionada acima em relação ao fato de que a concordância verbal esteja controlada pela topicalização. A função semântica de “agente” e a função discursiva chamada “tópico” coincidem com a função sintática “sujeito” refletindo na existência categórica da concordância sujeito – verbo em espanhol. Segundo Silva-Corvalán, a concordância entre o sujeito e o verbo é, pois,

indicada pela flexão verbal. Por outro lado, a concordância entre o objeto direto ou indireto e o verbo é marcada por meio de clíticos acusativos e dativos respectivamente.

A autora considera a duplicação um fenômeno em expansão. Como é característico em toda mudança lingüística, sua difusão é gradual. A posição de Siva-Corvalán está baseada nos dados da língua oral e mostra que a duplicação é uma manifestação de concordância verbo - tópico, indicando que sua variação é sistemática e está conforme certos parâmetros relacionados à topicalização.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS CLÍTICOS

É sempre importante repetir que o uso dos clíticos na língua espanhola se faz constante. Assim, neste capítulo faremos algumas considerações que julgamos mais importantes sobre esse assunto no que tange a construções com clíticos e os problemas que habitualmente aparecem no que diz respeito ao uso dos mesmos pelo aprendiz do espanhol como segunda língua.

Segundo as pesquisas de González (1994), na análise dos manuais de espanhol para estrangeiros encontra-se uma alta frequência de estruturas com clíticos. Todos os casos que deverão ser adquiridos aparecem no *input* apresentado ao aluno. Eles aparecem nos textos a serem lidos e compreendidos, obedecendo a uma certa ordem crescente de complexidade. Como discutimos no início deste trabalho, não existe uma gramática espanhola descritiva para auxiliar nos problemas existentes quanto ao uso dos clíticos da língua espanhola.

5.1 OS CLÍTICOS EM RELAÇÃO AO VERBO

Como já vimos no Capítulo 2, mas sempre vale a pena repetir, em relação ao verbo, as formas átonas podem ocupar, de acordo com certas

regras, duas posições: imediatamente antes do verbo (próclise) ou imediatamente depois do verbo (ênclise). Essas regras de colocação são bastante rígidas e simples:

O uso enclítico:

- a) é adotado obrigatoriamente quando o verbo for um infinitivo ou gerúndio que não façam parte de uma perífrase ou locução verbal:

(1) *Vino a **darme** un beso cuando llegué.*

(2) *Estábamos **buscándoles** por la calle.*

- b) quando o verbo estiver no imperativo afirmativo:

(3) ***Sírvele** el vino.*

(4) ***Tráigame** el vaso.*

O uso proclítico:

O uso proclítico é adotado em todos os demais casos, isto é, quando o verbo se encontrar numa forma qualquer do indicativo e do subjuntivo, desde que esses não estejam enquadrados nas condições assinaladas pelos enclíticos.

5.2 OS CLÍTICOS ACUSATIVOS E DATIVOS

Encontramos para a expressão do chamado caso acusativo as seguintes formas: *me, te, nos, os*, (que também servem para expressar o caso dativo e funcionam como anafóricos ou reflexivos), *lo, (le), la, lo* (neutro), *los (les), las*.

As gramáticas espanholas de hoje, especialmente as dirigidas ao aluno estrangeiro como a de Sarmiento & Sanchez (1996), registram tais clíticos como: objeto direto (5), complemento de preço (6) e do complemento de medida (7).

(5) *Pedimos **las entradas** al portero, pero no nos **las** dio.*

(6) *El traje cuesta **200.000 pesetas**, pero no puede valer**las**.*

(7) *Cuando vi al hombre pensé que tenía **1.90 de altura**, pero no **los** mide.*

O pronome neutro *lo*, substitui verbos ou frases completas:

(8) ***Las cartas** serían para ti, pero yo no **lo** sabía.*

(9) *Parece bien, pero no **lo** está.*

Existe também o fenômeno do *leísmo* considerado um “desvio” de alguma forma, ao qual já nos referimos anteriormente e não retomaremos aqui. De um modo geral, como já comentamos, até onde pesquisamos, as

gramáticas tradicionais não fogem muito dessas considerações a respeito das funções dos clíticos acusativos.

No que diz respeito aos pronomes clíticos, especialmente em função de objeto direto, é de bastante interesse enfatizar que o espanhol admite anáfora zero de sujeito, não admite anáfora zero de objeto. Existem alguns autores, Kato (1987) por exemplo, que classificam o espanhol como “uma língua acusativa”, apresentando esse caráter em todas as suas variantes. Vejamos os exemplos:

(10) - ¿Comiste *el pan*?

- *Sí lo comí.*

(11)- ¿Comiste *pan*?

- *Sí comí.*

Esses exemplos nos mostram como o clítico é exigido quando se faz necessário o uso do objeto direto. Quando em (10) aparece *el pan*, necessariamente se faz o uso do clítico *lo*, porque está determinado pelo artigo masculino *el* qual é o pão. O mesmo não ocorre no exemplo (11) porque a mesma determinação não aparece, ou seja, refere-se a *pan*, que pode ser qualquer tipo de pão.

São esses usos, aos quais nos referimos desde o princípio e que as gramáticas não delimitam, nem definem, e que dificultam a aprendizagem para um falante não nativo. As gramáticas abordam esses aspectos dando-

lhes um tratamento bastante tradicional, não aprofundando muito à variedade de casos apresentados. Como já observamos, a grande maioria dos estudos feitos sobre os clíticos em espanhol são dedicados a discutir problemas, de diferentes perspectivas, do fenômeno do *leísmo*.

Os pronomes próprios para a expressão do caso dativo são: *me*, *nos*, *te*, *os*, para a primeira e segunda pessoas; *le*, *les*, sua variante combinatória *se*, para a terceira pessoa, quando esta aparece junto com um pronome acusativo. Como já vimos, essas formas de terceira pessoa servem para a expressão do masculino e do feminino neutro. O fenômeno do *laísmo* e do *loísmo*, também ocorre com esses dativos.

As gramáticas contemporâneas atribuem ao clítico dativo, além da função de objeto indireto (12), valores como dativos pronominais possessivos (13) e de direção (14):

(12) *Me compró un coche.*

(13) *Se me dió el regalo.*

(14) *Se le acercó y le dió la dirección.*

5.3 O DATIVO ÉTICO

Em relação ao dativo ético, vários são os efeitos de sentido, cujo valor constante a partir do qual possam ser explicados não é fácil definir. Uma das definições mais clássicas é a de Martín Zorraquino (1979), que inclui esse tipo de dativo entre as construções que a autora chama de

construcciones pronominales, expressão que serve para designar qualquer sintagma verbal que contenha algum dos pronomes átonos *me*, *te*, *se* (não como variante de *le/les*), *nos*, *os*, em concordância de pessoa e de número com a forma verbal respectiva. Isso quer dizer que são as construções feitas com os chamados pronomes reflexivos. Existem outras idéias a respeito dos dativos éticos, como o de Narbona Jiménez (1989), que tenta estabelecer alguns fatores que favorecem, condicionam ou bloqueiam seu uso. Vejamos alguns exemplos:

(15)

(a) *Me he comido toda la tarta yo sólo.*

(b) *¿Te has llevado el abrigo que te presté?*

Nessas construções encontramos o traço do sujeito [+ Humano] ou, pelo menos [+ Animado] aparecendo como de fundamental importância.

Várias são as interpretações sobre o dativo clítico. Albano de Vázquez (1990) – interpreta o fenômeno como um caso de variação sintática com correspondências – consequências - no aspecto semântico. Sua presença optativa parece indicar uma ênfase, ou seja, chamar a atenção sobre o falante, sobre o ouvinte ou sobre o agente da ação referida pelo verbo. Não se tem uma definição segura para o dativo ético e seu respectivo uso, por isso, se torna difícil fazer qualquer afirmação a

esse respeito. Esse é mais um fenômeno que as gramáticas tradicionais pecam em não descrever. A responsabilidade de assimilar esse fenômeno, fica aos cuidados do aprendiz.

5.4 O DATIVO POSSESSIVO

González (1994) aborda o dativo possessivo como sendo uma marca do espanhol, afirmando que esse tipo de construção tem preferência sobre as suas equivalentes com pronome possessivo, que, se não podem ser consideradas um erro gramatical, são repelidas pelo uso. Diante dessa afirmação (12.a) não seria um equivalente de (12.b). Cf.: (González, 1994: 256)

(16)

(a) *Duele **mi** caleza.*

(b) ***Me** duele la cabeza.*

Porém, a gramática da *Real Academia Española* (1994) apresenta as seguintes formas como equivalentes:

(17)

(a) ***Le** cerraron los ojos.*

(b) *Cerraron **sus** ojos.*

Para Lorenzo (1980), a língua espanhola tem como característica as construções de dativo possessivo. Segundo o autor, em construções como *me pasa, me sucede, me entusiasma, me ocurre, me gusta* é possível encontrar sem esforço paralelos em outras línguas. Porém, existem casos onde o paralelo é difícil e às vezes até impossível de se encontrar. Lorenzo inclui exemplos como *se me ocurre, me dan ganas, me da la gana, le da rabia, se me cae, me parece, me sobran, me toca a mí, les tocó la lotería, le tomaban el pelo*. O autor não explica esse fenômeno de maneira mais explícita e completa, mas deixa a responsabilidade para uma gramática de casos como a de Filmore (1972) para a explicação dessa relação sujeito-verbo. Isso se repete continuamente em todos os casos no que diz respeito aos clíticos da língua espanhola. Nota-se que os hispanistas preferem não assumir uma posição para solucionar os questionamentos que existem sobre o assunto, transferindo a responsabilidade de resolução para outros, como se não quisessem se comprometer com o que se é afirmado.

5.5 OS PRONOMES REFLEXIVOS E “SE”

Existem construções interessantes e de alta frequência na linguagem coloquial que são elaboradas com os pronomes reflexivos e “se”. Existem também, posições diversas quanto a classificação desses pronomes que certamente merecem um estudo mais aprofundado. Porém, nosso trabalho de pesquisa tem como objetivo dar um panorama geral sobre os clíticos e

assim sendo, nos deteremos apenas em registrar a presença dos pronomes reflexivos na língua espanhola.

Encontramos no sistema pronominal espanhol que a primeira e a segunda pessoas não têm uma forma especial para os reflexivos e usam-se os mesmos pronomes (*me, nos te, os*) para a construção de frases. Porém, a terceira pessoa apresenta uma forma específica.

Existem algumas posições que diferem em relação à definição dos pronomes reflexivos no que diz respeito à classificação. Segundo Barrenechea & Manacorda de Rosetti (1969) a classificação, ou subdivisão dos pronomes reflexivos seriam: *reflejas puras*, que se distinguem por admitirem reforço reflexivo (*a mí, ti, sí, etc, mismo*) (cf.: 18); as *recíprocas*, que admitem reforço circunstancial intensificativo (*entre sí, unos a otros*) (cf.:19); e as *cuasi-reflejas*, que não admitem reforço reflexivo nem intensificativo (cf.:20).

(18)*Juan se acuesta a las ocho.*

(19)*Todos se saludan.*

(20)*Todos se callaron.*

Muitas são as polêmicas sobre esse tipo de pronome. Alguns autores como Álvarez Martínez (1989:55) tem uma definição clássica da reflexividade:

“La reflexividad se ha definido generalmente como la acción realizada por el sujeto de la oración, quien, a su vez recibe esta acción; una característica fundamental de este fenómeno de la reflexividad, en la que inciden muchos gramáticos, es que el sujeto no sólo realiza y recibe la acción, sino que quiere recibirla, es decir, que hay voluntad en esto.”

Sendo os pronomes reflexivos objeto de discussão entre os estudiosos espanhóis, existem posturas diferentes sobre o assunto que merecem um estudo específico sobre o assunto, que não é nosso objetivo.

6. PARA UMA FUTURA REFLEXÃO SOBRE OS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS E NO ESPANHOL ...

Na língua portuguesa do Brasil, a concordância é que é a responsável pela legitimação do uso dos clíticos. Segundo Galves (1993: 400), um verdadeiro sistema de clíticos, ou seja, de pronomes cuja caracterização lexical é serem núcleos – e não sintagmas – que se movem para a flexão por derivação sintática, implica uma concordância rica. Analisando esse pensamento de Galves, nos faz questionar o quase desaparecimento dos clíticos *o/a* apontados nas pesquisas de Pagotto (1992). Galves (1993) atribui esse desaparecimento deve-se ao fato de que esses pronomes puderam ser reinterpretados como pronomes plenos (sintagmas), deslocados por uma regra de adjunção, e não mais como núcleos. Diante dessa afirmação, observa-se que os clíticos que estão praticamente perdidos são aqueles considerados mais fracos *o/a* (*vendê-la, buscá-lo, etc.*) e os que se mantêm (*me, te, lhe, se*), embora isso também seja relativo, são mais fortes que os outros.

Por outro lado, notamos que na língua portuguesa existe uma frequência de construções com as preposições *a/para* mais pronome tônico em substituição ao uso dos clíticos propriamente ditos como em:

(1) *Perguntou para mim (me) onde estava a chave.*

(2) *Contou a você (lhe) o grande segredo.*

Entretanto, não encontramos em nenhuma fonte pesquisada que os pronomes clíticos na língua espanhola tenham perdido, ou estejam perdendo a frequência de seu uso.

As pesquisas de Cyrino (1993) mostram que é na segunda metade do século XIX que ocorre uma queda drástica na ocorrência dos clíticos em português. Os dados apontam que o primeiro clítico a cair é o *o* proposicional.

Na língua portuguesa é muito comum o o apagamento do objeto sentencial nas frases:

(3) *Eu poderia comprar um vestido. Eu acho tão bonito.*

No espanhol, (3) poderia expressar a segunda oração na qual a posição de sujeito poderia aparecer vazia como em:

(4) *Me parece tan bonito.*

Existem alguns casos no português em que nas estruturas simples com verbos transitivos diretos e indiretos, sendo o objeto um SN, também ocorre o apagamento:

(5) *Apresenta seu amigo para sua mãe. Você já apresentou pra ela?*

No exemplo (5), no espanhol, apareceria habitualmente o clítico duplo:

(6) *¿Ya se lo presentaste?*

Porém, é importante lembrar que Kany (1976) aponta o caso de omissão do clítico objeto direto com verbos de dois complementos:

(7) *Cuando lo vea a tu padre le [se lo] voy a contar.*

Existem alguns contextos que favorecem o objeto lexical no português, com preferência pelo pronome sujeito. Isso ocorre em construções com objeto sentencial preposicionado (8) e as estruturas com orações reduzidas de infinitivo e gerúndio como em (9) e (10).

(8) *Sabia que estava roubando meu dinheiro. Por isso, mandei ele embora.*

(9) *Ele foi ao jogo. Eu deixei ele ir ao jogo com os amigos.*

(10) *Quando estávamos chegando ao cinema nós vimos ela comprando as*
entradas.

Segundo Duarte (1989), o que determina a tendência à realização do objeto e a preferência pelo pronome sujeito é a projeção de uma

estrutura com agente projetada pelo verbo da subordinada. Se tivermos os mesmos casos no espanhol, encontraremos o clítico: “*lo mandé, lo dejé, la vimos*”.

Duarte (1989) revela que as frases com clíticos são melhor aceitas em certos contextos, como as estruturas simples com clítico [+Animado], com tempos simples do indicativo como mostra em (11) e (12):

(10) *Coitada da menina! Deixe-a em paz.*

(11) *O senhor não pode acreditar neles. Eu os vi abrindo a porta do meu carro.*

Em suas pesquisas, as frases de (11) e (12) foram consideradas pedantes pelos informantes, que consideram o uso do pronome mais “coloquial” e “natural”. No espanhol, o clítico seria a única forma possível: “*déjala em paz*”, “*los/les vi*”.

Se a freqüência dos clíticos é baixa no português, no espanhol a retenção de clíticos é um fato, o que o diferencia consideravelmente do português brasileiro. Assim, a possibilidade de duplicação de clíticos no espanhol é de fundamental importância no que diz respeito às diferenças entre a língua espanhola e a língua portuguesa. Como já dissemos anteriormente, o espanhol é uma língua marcada pela retenção dos clíticos e, sobretudo, uma língua de duplicação de clíticos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho nos permitiu registrar hipóteses importantes sobre os pronomes clíticos do espanhol. Para sua realização, fizemos um rastreamento dos registros existentes na literatura desde a primeira gramática do espanhol até os estudos recentes mais relevantes com a intenção de levantar os problemas relacionados aos clíticos. Abordamos alguns pontos sobre esses pronomes, tais como sua evolução, sua posição no que diz respeito ao verbo e sua função nas chamadas construções com duplicação. Quem trabalha com o espanhol, perceberá que esse trabalho sobre os clíticos é algo bastante diferente, novo, pois nenhum estudante ou professor brasileiro de espanhol tem um quadro razoavelmente claro sobre a natureza desses pronomes, seu funcionamento, as dificuldades que esses pronomes apresentam e nem como solucionar essas dificuldades. A busca dos enfoques apresentados nos permitiu visualizar um panorama das perspectivas teóricas e análises gramaticais que o tema tem suscitado. Assim, pudemos rastrear os pronomes clíticos também dentro da visão gerativista, tentando esclarecer alguns problemas relacionados com a sintaxe dos mesmos.

Os estudos sobre os pronomes clíticos na língua espanhola apresentam várias lacunas, sua descrição não está completa, ou seja, este

é um tema de grande complexidade. Por isso, é relevante enfatizar que a tarefa de apresentar e organizar os dados nesta pesquisa tornou-se uma tarefa especial no sentido de deixar claro que existem problemas no que diz clíticos do espanhol. Um único trabalho consistente sobre esses clíticos do espanhol feito no Brasil é a tese de doutorado de González (1994). Mesmo assim, esse trabalho tem um enfoque diferente do que apresentamos aqui, pois não se atém aos aspectos descritivos.

Nosso trabalho acompanha a evolução dos estudos sobre os clíticos através dos tempos, mostrando que desde seus primeiros momentos e até recentemente não se fez notar sua importância para o registro. Também comprova que este registro se fez importante no sentido de algumas hipóteses serem levantadas para explicar o seu uso e os problemas que eles apresentam.

O trabalho se apoiou em gramáticas e – algumas poucas - teorias a respeito de fenômenos dos clíticos, o que vem reforçar nossa suspeita de que os pronomes clíticos representam um “buraco negro” na tradição filológica e na lingüística espanholas.

A pesquisa permitiu-nos ainda verificar que o uso dos pronomes clíticos está intrínseco na língua espanhola, fato que não ocorre no português brasileiro.

Esse trabalho nos possibilitou entender melhor certos mecanismos da língua espanhola e da língua portuguesa e comprovar que esse tema é

extenso e envolve uma série de fenômenos que ainda não foram suficientemente estudados.

Como professora de espanhol, não poderia deixar de mencionar um certo “choque” entre o português e o espanhol no que tange à sintaxe e à pragmática dos clíticos. A isso se deve à grande dificuldade encontrada pelo aprendiz brasileiro no que diz respeito à aquisição desses pronomes.

Como em toda pesquisa, sempre que se chega ao fim temos a impressão que este deveria ser o começo de tudo. Isso porque a maturidade adquirida através do contato com várias gramáticas e diferentes teorias nos faz refletir cada vez mais, elaborar novos questionamentos. O fato de enfrentarmos tantas dificuldades em encontrar material de apoio para desenvolver nosso trabalho vem confirmar que conseguimos cumprir um importante objetivo que tivemos em mente desde o princípio: o de rastrear os pronomes clíticos na língua espanhola e enfocar alguns estudos existentes a respeito dos mesmos.

Enfim, com esse trabalho objetivamos elaborar uma espécie de “survey” sobre a situação dos clíticos na língua espanhola, juntar o que existe sobre esses pronomes e deixá-lo como uma modesta base para futuros estudos que certamente virão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AISSSEN, J., y PERLMUTTER, D.M., "Clause reduction in Spanish", *Berkeley Linguistic Society*, 2, 1995, p. 1-32.
- ALARCOS LLORACH, E.(1975), *Gramática de la Lengua Española* Madrid: Espasa Calpe, 1995.
- ALCINA FRANCH, J., e BLECUA, J.M., *Gramática española*, Barcelona: Ariel, 1995.
- AOUN, J. (1981) *A Grammar of Anaphora*. Cambridge: The MIT Press, 1985.
- _____. e SPORTICHE, D. "The domain of weak crossover restrictions", em H. Borer e Y. Aoun (eds.), *Theoretical Issues in the Grammar of Semitic Languages*, Cambridge: Mass., MIT Press, 1981.
- BELLO, A. *Gramática de la lengua española*, Madrid: Espasa-Calpe, 1977.
- _____. (1847), *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*, edição crítica de Ramón Trujillo, Aula Cultural de Tenerife, 1981.
- BENANCHIO, R., Y RENZI, L., *Clitici slavi e romani*, Padua: Clesp, 1987.
- BONET, E., *Morphology after Syntax: Pronominal Clitics in Romance*, tesis doctoral, MIT, 1981.
- BORER, H. *Parametric Syntax*, Dordrecht, Foris, 1984.
- BOSQUE, I., *Lingüística Española Actual*, Barcelona: Labor, 1987.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*, Dordrecht: Foris, 1981.

_____. *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*, Cambridge: Mass., MIT Press, 1982.

CYRINO, Sônia Maria L., “Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos” In: ROBERTS, I. & KATO, M.A., ORGS. *Português brasileiro*

DÍAZ y DÍAZ, Manuel, *Introducción general “etmologías” de San Isidoro*, Madrid, BAC, 1982.

DEMONTE, V., *Detrás de la palabra*, Madrid: Cátedra, 1991.

DUARTE, M., “Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil”. In: TARALLO, Fernando, org. *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas, Pontes – Ed. da UNICAMP, 1989.

ENRÍQUEZ, E. *El pronombre personal sujeto en la lengua española hablada en Madrid*, Madrid: CSIC, 1985.

EVERETT, D., *Parametrization of nominal Clitics*, Stanford University, 1984.

FERNÁNDEZ RAMIREZ, S. *Gramática española: el verbo y la oración*, volumen ordenado y preparado por Ignacio Bosque, Madrid: Arco Libros, 1986.

GALVES, C., *Anais do Congresso sobre a Situação Atual da Língua Portuguesa no Mundo*, Lisboa, 1983.

GARCÍA, E., *The Role of Theory in Lingüistic Analysis: The Spanish Pronoun System*, Amsterdam, 1975.

GILI y GAYA, S. *Curso superior de sintaxis española*, Barcelona: Vox, 1961.

GIVON, T., *On understanding grammar*, New York, Academic Press, 1976.

HERMOSO, A. G.; CUENOT, J.R. & ALFARO, M.S. *Gramática de Español*. España: Edelsa, 1997.

- HOFMANN, J.B., y A. SZANTYR, *Syntax and Stilistiki*, Munich: Beck, 1965.
- HURTADO, A. "La hipótesis de la discordancia", en *Los clíticos del español y la gramática universal*, serie de suplementos de la *Revista Argentina de Lingüística*, v.1, 1984, p. 56-57.
- KATO, Mary A. & TARALLO, F., "Anything YOU can do in Brazilian Portuguese", In: JEGGLI, O. & SILVA-CORVALAN, C., eds. *Studies in Romance linguistics*, Dordrecht, Foris, 1986.
- KAYNE, R.S. *Syntax: The Transformational Cycle*, Cambridge, Mass, MIT Press, 1975.
- KANY, Charles E., *Sintaxis hispanoamericana*, Madrid, Gredos, 1976.
- KLIFFER, Michael D., "Reflexive deletion in Brazilian Portuguese". In: CRESSEY, W.W. & NAPOLI, D. J., eds. *Linguistic Symposium on Romance Languages: 9*, Washington, DC, Georgetown UP, 1977.
- NAVARRO TOMÁS, T. *Manual de pronunciación española*, Madrid: CSIC, 1975.
- NEBRIJA, E. *Gramática Castellana*, Madrid, SGEL – Educación, 1992.
- MARTIN ZORRAQUINO, Maria Antonia, *Las constucciones pronominales en español. Paradigmas Y derivaciones*. Madrid, Gredos, 1979.
- MENÉNDEZ PIDAL, R., *Manual de gramática histórica española*, Madrid, Espasa-Calpe, 1904.
- MENDIKOETXEA, A., *On the Nature of Agreement: The syntax of SE in SPANISH*, Tesis Doctoral, Universidad de York, G.B., 1992.
- PERLMUTTER, D. *Deep and Surface Structure Constraints in Syntax*, Nueva York: Holt, 1970.
- QUILIS A. e HERNÁNDEZ C. *Curso de Lengua Española*, Valladolid: Leon, 1980.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, (Comisión de Gramática) *Esbozo de una*

Nueva Gramática de la Lengua Española, Madrid: Espasa-Calpe, 1975.

RIVERO, M.L., *Parameters in the typology of clitics in Romance and Old Spanish*, Madrid: Gredos, 1986.

SARMIENTO, R. & SÁNCHEZ, A., *Gramática Básica del Español*, Madrid: SGEL, 1996.

SECO, R. *Manual de gramática Española*, Madrid: Aguilar, 1968.

SILVA-CORVALÁN, Carmen. La función pragmática de la duplicación de pronombres Clíticos. *Boletín de Filología de la Universidad de Chile*, Santiago, XXXI: 561-570, 1980-1981.

SORIANO, O. F. *Los pronombres átonos*, Madrid: Taurus, 1993.

SPENCER, A., *Morfological Theory*, Cambridge: Basil Blackwell, 1991.

STROZER, J., *Clitics in Spanish*, Tesis Doctoral, UCLA, 1976.

SUÑER, M., YÉPEZ, M., *Linguistic Inquiry*, University of California: Santa Bárbara, 1988.

WANNER, D., *The Development of Romance Clitic Pronouns*, Mouton: De Gruyter, 1987.

ZWICKY, A., *On Clitics*, Bloomington, Indiana, IULC, 1977.